

ACTA Nº 7
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2002

Aos vinte dias do mês de Setembro de dois mil e dois, nesta Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 21:00 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia

PONTO UM PONTO UM: Análise conducente à aprovação da rectificação da acta nº 4, da Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2002.

PONTO UM PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da rectificação da acta nº 5, da Sessão Extraordinária de 14 de Maio de 2002.

PONTO UM PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da acta nº 6, da Sessão Ordinária de 29 de Junho de 2002

PONTO UM PONTO QUATRO: Leitura de Expediente

PONTO UM PONTO CINCO: Outros assuntos de interesse para a Autarquia

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS : Período da Ordem do Dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Centro Alentejo.

I. Criação da Sociedade Concessionária da Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Alentejo.

II. Integração do Município de Borba.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Lançamento da derrama para o ano de 2003.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Contribuição Autárquica

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Proposta de Sócio - Cevalor

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Fixação do limite para execução de Obras por Administração Directa.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Constituição de uma Empresa Intermunicipal para a gestão do Sistema de valorização e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos - Emissão de Parecer.

PONTO TRÊS PONTO SETE: Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Habitacionais para Jovens.

PONTO TRÊS PONTO OITO: Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Industriais.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão tendo sido realizada a chamada.

Verificando-se a presença dos membros:

Joaquim Maria Godinho Veiga (PS);

Joaquim Manuel Bilro Manguinhas (CDU);

Carlos Manuel de Almeida Cabral (PS);

Mário Joaquim Trindade de Deus (PS);

Maria Filipa Martins de Almeida (CDU);

António José Moura Proença (PS);

Rui Manuel Ganito Bacalhau (PS);

Ivone da Conceição Balseiro Espiguinha (PSD);

Augusto Manuel Bilro Guégués (PS);

António Joaquim Moura Lopes (CDU);

Diogo Manuel Canhão Sapatinha (PS);

Norberto João Figueiras Alpalhão (PS);

Luís Manuel do Nascimento (CDU);

Jerónimo João Cavaco (PS);

Joaquim Manuel Esteves (PS);

António José Lopes Anselmo (PS);

António José Barroso Paixão (PS),
José António Carapeto Dias (PS);

Faltou, apresentando pedido de substituição o seguinte membro efectivo:
Joaquim Manuel Cardoso (CDU) anexo 1;

Faltou, apresentando pedido de substituição o seguinte membro suplente:
António Andrade (CDU); anexo 2

Em substituição dos membros que faltaram esteve presente o seguinte membro suplente:
Jacinto Mouquinho (CDU);

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão.

PONTO UM: Antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Análise conducente à rectificação da aprovação da Acta nº 4, da Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2002:

O Senhor Presidente da Assembleia : Vamos entrar no período antes da ordem do dia. No ponto 1.1, análise conducente à aprovação da rectificação da acta n.º 4 da sessão ordinária de 27 de Abril de 2002, e queria referir o seguinte: esta rectificação tem uma nota, que remetia para uma página alterada que seria introduzida. Verificou-se a impossibilidade, porque isso alterava todas as páginas da acta já aprovada. E, então, propõe-se uma nova nota que eu vou distribuir por todos em que se propõe que esta rectificação seja apenas à acta (anexo 3). Acho que este era o entendimento que na legislatura anterior usavam. Alguém se quer inscrever sobre este assunto? Mais alguém se quer inscrever sobre este assunto? Senhor Luís Nascimento, faz favor.

O Membro Luís do Nascimento : Ora, boa noite. Senhor Presidente, eu perante este novo documento fico na mesma em relação ao primeiro que tinha sido distribuído com os documentos pelo correio. Fico sem saber se, nomeadamente, em relação à segunda, à segunda rectificação o que é que é incluído na acta. Se é, de facto, um texto sobre o qual, fiz aquela sugestão para ser alterado, se é alguma consideração da Mesa da Assembleia Municipal. Eu, perante isto, não me é possível, naturalmente, votar favoravelmente, este tipo de, de alteração que é proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia : A mesa informa-o que aquilo que é para alterar está no ponto número 3 com letra bold. Mais ninguém quer falar? Podemos passar à votação. Quer falar?

O Membro Maria Filipa Almeida : Quero fazer uma pergunta perante a resposta que o Senhor Presidente deu agora ao Dr. Luís. O que é para alterar é o quê? É só para eu perceber como é que hei-de votar. O que é para alterar é o quê? É a intervenção proposta pelo membro da assembleia?

O Senhor Presidente da Assembleia : Exacto, o que é para alterar está no ponto número 3 a letra bold. Entre aspas ou entre asteriscos.

O Membro Maria Filipa Almeida: O que é para alterar é só o que está na segunda página?

O Senhor Presidente da Assembleia: Exactamente. Vamos passar à votação. Quem vota a favor da alteração, faz favor de levantar o braço. Fazem favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Aprovado por maioria, com 13 votos a favor, 1 voto contra e cinco abstenções.

PONTO UM PONTO DOIS: Análise conducente à rectificação da aprovação da Acta nº 5 da Sessão Extraordinária de 14 de Maio de 2002.

O Senhor Presidente da Assembleia: Vamos passar ao ponto 1.2, que é também um pedido de

rectificação. Esse pedido de rectificação foi feito pelo Dr. Joaquim Manguinhas e referia-se a uma intervenção que ele fez na sessão número 5, não consta da acta, verificou-se nas gravações que falou sem microfone, não ficou, portanto, registado. Entretanto essa intervenção foi, praticamente, repetida na sessão número 6 e, portanto, a alteração remete para a acta da sessão número 6 onde a intervenção está corrigida ou está introduzida nas actas (anexo 4). Alguém se quer inscrever sobre este assunto? Vamos passar à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Aprovado por maioria, com treze votos a favor e seis abstenções.

PONTO UM PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da acta nº 6 da sessão de 29 de Junho de 2002

O senhor Presidente da Assembleia: Análise conducente à aprovação da acta número 6 da sessão de 29 de Junho de 2002. Quem se quer inscrever, faz favor. Senhor Luís Nascimento, faz favor.

O Membro Luís do Nascimento : Senhor Presidente, eu, de facto, eu quero aqui realçar o facto como as actas estão, passaram a ser elaboradas, passaram todas ao discurso directo, mas mesmo assim desta forma têm reparos da minha parte e, nomeadamente, na minha primeira intervenção, eu só queria ler isto para ver se isto tem algum sentido que é: Em relação a esta acta, para além de não comentar as deficiências de Português e de pontuação que a acta refere, ponto. Queria referir duas ausências, ponto, quer dizer, isto eu não disse com certeza. Isto é um exemplo, mas há muitos mais exemplos ao longo da acta .

O senhor Presidente da Assembleia: A mesa queria-lhe esclarecer o seguinte: na realidade você disse isto, porque isto é transcrição directa da gravação e, uma vez que você, da outra vez, me referiu que a acta estava com falta de, deficiências de Português e pontuação, eu quero-lhe referir que tenho feito um esforço enorme para traduzir ou para referenciar a pontuação do seu discurso. E tento, efectivamente, corrigir porque fala em singulares e depois passa para plurais e etc. Mas, também aproveitava para transmitir à Assembleia de que a partir desta sessão, a mesa vai deixar de fazer a acta, vai ser um funcionário da Câmara, que foi delegado para o gabinete de apoio, a elaborar as actas. Se tem dúvidas, se na realidade não é isto que disse, temos as cassetes, é só deslocar-se ao gabinete de apoio, ouvir, e depois é perfeitamente admissível uma rectificação.

O Membro Luís do Nascimento: Posso, Senhor Presidente?

O Senhor Presidente da Assembleia : Faz favor.

O Membro Luís do Nascimento: Eu admito e acredito que, de facto, estas foram as palavras que eu usei, não a pontuação que eu usei, seguramente. Era só isto.

O Senhor Presidente da Assembleia: Dr. Manguinhas, faz favor.

O Membro Joaquim Manguinhas : É, mais ou menos, sobre a mesma questão, mas talvez um pouco mais longa e, talvez, um pouco mais elaborada porque tomei a liberdade de escrever, desta vez, aquilo que, que se me oferece dizer como razões pelas quais não vou votar esta acta. Dirijo-me a si, Senhor, Senhor Presidente por não poder deixar de considerar ser o Senhor, face ao regimento, o garante do normal funcionamento da Assembleia Municipal de Borba. Irei votar contra a redacção da acta da sessão ordinária de 29 de Junho de 2002, pelas razões que passarei a mencionar: (passou a ler o anexo 5).

O Senhor Presidente da Assembleia : Bom, como registamos na acta, tudo o que diz, volto a referir que, se alguém tem dúvidas sobre o que está escrito na acta, tem as cassetes gravadas no Gabinete de Apoio da Assembleia, onde pode, em qualquer altura, dirigir-se e ouvi-las, confrontá-las com o que está aqui escrito. É evidente, que esse bonito discurso que leu agora, que eu aprecio, não tem pontuação. Para nós, para alguém ouvir a gravação e transcrever para aqui, para escrito, como é que põe a pontuação? É evidente que o faz da melhor forma que lhe é possível.-----

O Membro Joaquim Manguinhas : Percebeu o que eu disse?

O Senhor Presidente da Assembleia: Não.

O Membro Joaquim Manguinhas: Não percebeu nada do que eu disse?

O Senhor Presidente da Assembleia: Não, não percebi nada.

O Membro Joaquim Manguinhas: Então,

O Senhor Presidente da Assembleia: E então, como não percebi, estou-lhe a dar a resposta. E, então, eu queria-lhe transmitir o seguinte, vamos ter o equipamento que vai pegar nas gravações e as transcreve para texto. E, portanto, aí, é evidente que não vai haver pontuação. Será a melhor possível. Para ter a pontuação que pretende, o Senhor Doutor teria que a ditar ou ir corrigi-la.

O Membro Joaquim Manguinhas : É que eu não estava a perceber. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia: A entoação que fez não permite saber se é vírgula, onde é que está a vírgula, a exclamação, o ponto final, não permite com exactidão. A entoação que deu não permite. Mas, eu torno a dizer, que estamos abertos a que se ouçam as cassetes e que se confronte e que, se for caso disso, se altere, se rectifique.

O Membro Joaquim Manguinhas: Senhor Presidente, um de nós está profundamente enganado. Um de nós está, eu não quero dizer quem, mas reflecta sobre o que disse, o que acabou de dizer sobre a pontuação de um texto que eu li e que me diz que não percebeu nada do que eu li. Eu li Português, só.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Maria Filipa Almeida : Boa noite a todos. Eu não ia intervir sobre este ponto, mas, francamente, Senhor Presidente, permita-me a minha deformação profissional. É que não é verdade, não é verdade que um discurso oral, transcrito para discurso escrito não tenha pontuação. Isto tem regras para ser feito. E tem regras, mais ou menos, rigorosas porque a Língua Portuguesa não é nenhuma ciência sem, sem falhas. Mas se o Senhor Presidente não percebeu aquilo que o Doutor Joaquim Miguel acabou de ler, imagine eu, que não estive na sessão de 29 de Junho, a ler a acta que aqui está. Eu que não estive cá, é que não consigo perceber a maior parte das intervenções dos membros da Assembleia e dos membros da Câmara porque, realmente, desculpem-me dizer isto, mas isto está extremamente mal feito. Está extremamente mal transcrito. Há imensas frases e não se trata de uma questão partidária, é de todas as bancadas. Há imensas frases nestas actas, nesta acta que não fazem o mais pequeno sentido. São caricatas. São ridículas. E as actas não são para ficarem, no futuro, juntas a um monte de cassetes, porque nesta casa já deve haver um monte de cassetes imenso, das reuniões de Câmara, de reuniões da Assembleia Municipal, para que um dia, uma pessoa de fora, um munícipe, um inspector, ou seja quem for, venha e tenha que ouvir as cassetes porque ao ler as actas não percebe Português. Não percebe o Português que cá está. Eu sei que não é fácil fazer uma acta e, ainda por cima uma acta de uma reunião de várias horas, não é fácil fazer isto, mas ainda bem que o Senhor Presidente acabou de dizer que as próximas actas passam a ser feitas por um funcionário, naturalmente, sob a responsabilidade e a supervisão da Mesa da Assembleia que é responsável pelas actas, de acordo com a lei. Mas têm de ser feitas, não basta a boa vontade, têm de ser feitas por quem saiba fazer a transcrição e que saiba fazer a pontuação de acordo com a entoação que é dado no discurso oral, directo. Eu já nem discuto se as actas devem ser em discurso directo ou indirecto, porque não deveriam ser nunca em discurso directo. Uma acta não é a transcrição do que está nas cassetes, uma acta é um resumo, é a passagem do discurso directo para o indirecto, que se sabe fazer, tem regras para ser feito e os funcionários sabem fazer. Uns saberão melhor, outros saberão menos bem, mas sabem fazer. Agora, eu já nem discuto isso, mas mesmo no discurso directo, há aqui frases que lidas daqui por meia dúzia de anos, quem ler isto diz que nós éramos todos doidos. E não somos.

O Senhor Presidente da Assembleia : Para esclarecimento da Assembleia, volto a dizer que o que está na acta foi aquilo que as pessoas disseram aqui na sessão. Não foi acrescentado nada, foi aquilo que disseram. E percebo também que é incómodo que isso, muitas vezes, conste em acta, mas cada um

assume-se. Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Boa noite a todos. Os assuntos das actas são recorrentes nesta Assembleia Municipal. Quer isto dizer que já é, deve ser, pelo menos, desde que eu cá estou, deve ser para aí a décima vez que a gente discute esta questão. Evidentemente, que a transcrição em discurso directo põe algumas frases sem sentido. A questão a saber é se, quando a gente fala, estou agora a falar das minhas intervenções, não nas dos outros, mas quando a gente fala diz aquilo que está aqui transcrito ou não. Se diz, não foi deturpado e, então, a gente tem que assumir e eu tenho, às vezes, tenho vergonha de alguns dos discursos que aqui faço oralmente, quando os vejo transcritos a escrito. A grande questão a ter aqui, desculpe Doutora Filipa, eu penso que de facto, a primeira intervenção em que o Doutor Joaquim Manguinhas fala, deve estar mal transcrita porque é de facto a mais imperceptível de todas, quer dizer, em termos das frases, os pontos finais estão postos antes, etc, mas a grande questão é se uma acta é um resumo, nós depois protestamos porque o resumo não é bem feito, como já aqui aconteceu. E, de facto, a preparação para fazer uma acta resumida correcta é uma preparação que nem todas as pessoas têm. Não é nada fácil fazer uma acta em resumo. A opção pelo discurso directo é a opção que, no fundo, melhor defende quem faz a acta, porque transcreve o que a pessoa disse, dá trabalho, depois fica como está, mau Português. Mas o que a gente poderia fazer, então, era, cada um vir corrigir o Português antes da acta ser emitida ou, então, as redige por escrito. Evidentemente, que eu aqui, por exemplo logo na página 3, até me arrepio com estas coisas, as aspas, etc., está aqui, dizem que eu disse. Devo ter dito assim? O discurso coloquial é um discurso diferente do discurso escrito, como é evidente. Agora, a gente tem é que resolver este problema, de uma vez por todas, e optar por uma ou outra. Ou é discurso directo ou é uma preparação que cada um faz das suas intervenções. Temos que optar aqui, dentro da Assembleia porque, senão, esta coisa começa, continua sempre a ser recorrente, e de facto, eu, por exemplo quando falo, e falo muito depressa, muitas vezes a entoação coloquial não fica escrita. É evidente, agora se eu ouvir antes e puder escrever, mas então, mas atenção, se eu ouvir antes e puder escrever, não é o que eu disse na Assembleia, é a correcção do que eu disse na Assembleia. Por isso, não é uma transcrição do que se passou na Assembleia. A gente tem de se entender sobre o que quer, ou quer resumos de actas, ou quer discurso directo, ou quer preparação, mas temos que nos entender, senão, estamos sempre a discutir.

O Senhor Presidente da Assembleia : Faz favor, Doutor Manguinhas.

O Membro Joaquim Manguinhas : Podia perguntar ao professor Cabral, e que diz das omissões, sistemáticas?

O Membro Carlos Cabral : Não, as omissões não podem ser permitidas. Claramente de acordo, claramente de acordo. Se há omissões, isso não pode ser, não pode ser permitido. Se há omissões, não pode ser permitido. Isso aí estou claramente de acordo com isso. Agora, evidentemente, quando não há omissões e deturpações, é uma questão da pontuação e do Português, aí não vejo grandes soluções, agora omissões não.

O Membro Joaquim Manguinhas: Também deve reconhecer que a entoação é pautada pela pontuação. Isso tira-se da transcrição de qualquer cassette. Nós, é verdade que, aquilo que o professor Cabral disse e eu também sinto isso. Para não roubarmos tempo da Assembleia, muitas vezes abreviamos a frase. Para não roubar tempo, temos todos essa intenção, para não roubar tempo. Isto não é um assunto muito relevante. Hoje é, porque hoje isto fica, definitivamente, assente. Eu tenho a certeza disso.

O Senhor Presidente da Assembleia : Pronto, Professor Mário, faz favor.

O Membro Mário de Deus : Acho que estas questões da acta são sempre questões de lana caprina, são sempre questões menores, mas parece que há vontade de isto ficar resolvido, parece que é a última vez que isto vai ser trazido aqui, vai ficar, portanto, discutido, vai ficar em acta, que fique em acta também, peço eu, a quem depois tiver o trabalho de fazer a transcrição, que fique em acta que estas intervenções foram feitas por um Senhor Deputado que só foi Presidente desta Assembleia 8 anos. Só estive 8 anos à frente desta Assembleia. E depois desses anos todos, deixou este enredo, cá estamos nós agora para resolver.

O Senhor Presidente da Assembleia : Vamos passar à votação. Quem vota a favor da acta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. A acta está aprovada por maioria, com treze votos a favor e seis abstenções. Vamos passar ao ponto 1.4, Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO QUATRO: Leitura de expediente

O senhor secretário António Proença: (Procedeu à leitura da correspondência recebida (anexo 6) e da correspondência expedida. (anexo 7): Boa noite. Portanto, em relação à correspondência expedida, não há assim nada de especial a salientar, simplesmente, queria dizer que determinada moção que foi aprovada por esta Assembleia foi enviada à Assembleia da República, ao Senhor Presidente da República e aos grupos parlamentares da Assembleia da República, bem como aos jornais. Quem quiser consultar, está aqui à disposição. Em relação à correspondência recebida, e relativamente a esta moção, recebemos reposta da Assembleia da República, do Senhor Presidente da República, do Grupo Parlamentar do PSD e do Grupo Parlamentar do PS. E em termos de correspondência recebida e expedida, parece-me que está tudo dito. Muito obrigado.

PONTO UM PONTO CINCO: Outros assuntos de interesse para a Autarquia:

O Senhor Presidente da Assembleia : Vamos passar ao ponto 1.5: Outros assuntos de interesse para a Autarquia. Os membros que se quiserem inscrever, façam favor.

O Membro Maria Filipa Almeida : É um assunto de interesse para a Assembleia, não de interesse geral, poderá ser também chamado de pouco, de pouco interesse, mas acho que isto é uma questão de funcionalidade. Esta, esta sala está disposta, para as sessões da Assembleia de uma forma que não é funcional para nenhum grupo, não, estas duas mesas, estas duas filas, de costas para o público, parece não agradar a vários autarcas até de várias forças políticas, mas hoje, quando aqui cheguei, reparei que havia mais uma alteração. Aqui à frente havia dois eleitos da CDU, passou a haver só um. Eu já disse aqui ao Diogo que isto não é, nem de perto nem de longe, nada contra ele, que é uma pessoa de trato agradável, afável e com ele, eu gosto muito de falar. Mas não sei que mal é que fiz aos Deuses para ser desterrada sozinha aqui para a frente, um bocado como se fosse impedida de falar com os meus camaradas de bancada. É evidente que a intenção não é esta, certamente, mas esta disposição vai perturbar, de alguma maneira até, o bom andamento dos trabalhos porque eu não posso, nem eu nem nenhum, nem nenhum eleito, não posso ver-me proibida de trocar opiniões com os meus camaradas que estão, os 4, ali atrás. Portanto, o que eu estou a dizer não é: Venha a CDU para a frente, vá o PS para trás porque são mais, não, não é nada disso. No mandato anterior sob a presidência do antigo presidente que é agora Presidente da Câmara, a disposição da sala era muito mais funcional, porque os membros das forças políticas estavam juntos e podiam trocar opiniões, o que é normal numa sessão de várias horas, em que os assuntos são importantes, o andamento da discussão, às vezes, leva-nos a mudar de opinião, leva-nos a trocar opiniões que são saudáveis, naturalmente sem perturbar os trabalhos, mas assim como está não é nada funcional. Queria pedir ao Senhor Presidente que a Mesa reconsiderasse esta disposição, e já não sou a primeira a fazê-lo, já houve vários membros, noutras sessões, que pediram que a disposição da sala e a disposição das mesas fosse alterada.

O Senhor Presidente da Assembleia : Sobre a primeira parte da intervenção, posso dizer que foi um lapso e que estamos a tempo de o corrigir, se o Diogo não se importar. Exactamente. Se não se importa, rectificávamos já isso, foi um lapso da organização da sessão. Portanto, em que é que ficamos? É para a próxima que se rectifica? sobre a disposição da sala, já aqui foi pedido isso, pelo membro Moura Lopes, mas há aqui um impedimento físico que são as mesas. São feitas em conjuntos muito grandes e já se experimentaram colocar na posição antiga, mas, face ao número de membros eleitos pelos diversos partidos, muito diferente da composição anterior, o corredor central não é possível de concretizar, pois o grupo do PS teria que ficar separado. Mas estamos disponíveis para que, se alguém quiser vir tentar connosco por exemplo, amanhã ou segunda-feira, fazemos aqui um ensaio para colocar as mesas de outra forma. Já procurei obter orçamentos para adquirir mesas individuais, com um bocadinho mais de dignidade, mas, de facto, é uma aquisição cara. Terá que ficar, possivelmente, para o orçamento do ano

que vem.

O Membro Joaquim Manguinhas : Só para manifestar, neste momento, aqui na Assembleia a minha satisfação por ver as obras do jardim público, finalmente, a andar. Tive várias intervenções, certamente se recordam, alguns são do mandato anterior, nomeadamente, um ou outro, quando eu dizia que era necessário diziam, respondiam que não era prioritário. Pouco interessa quem faz a obra, pouco interessa quem começou e quem vai acabar. Efectivamente, aquele espaço que tem potencialidades grandes, que já foi um bonito jardim, estava muito degradado e eu fico satisfeito, penso que isto é opinião unânime, de saber que em breve vamos ter aquele espaço lúdico e de fruição, devidamente arranjado. De qualquer maneira queria apenas, a título de recordação, porque nós temos memória e temos as actas, dizer ao meu amigo Artur Pombeiro, que tem aqui uma intervenção na acta 27, de 21 de Setembro de 2001, justamente sobre esta questão. E diz o senhor que não compreendia que o Senhor Vereador Serra quisesse iniciar uma obra de duzentos e tal mil contos quando era mais necessário preservar aquele jardim do que iniciar outro. Afinal mudou de opinião e eu fico satisfeito com isso.

O Senhor Presidente da Assembleia : Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : São dois comentários: eu também, de facto, preferia a organização da sala de outra maneira e, de facto, virados para a Mesa e para o centro. Quanto às mesas, a gente também as pode serrar, e pôr mais uns pés, mesmo com estas sem dignidade. Quanto ao comentário agora do doutor Joaquim Manguinhas, se for às actas também verá que eu não era, eu não achava prioritário, o jardim, e fui dos que discuti aqui até o preço da obra, claramente, etc.. E devo-lhe confessar, embora haja o ditado popular que só os tolos é que não mudam de opinião, eu neste caso, continuo tolo, porque não acho prioritário, não acho prioritário, de facto, em termos do Concelho, embora, de facto, o projecto aprovado tenha que se fazer. Como foi aqui dito por nós, já várias vezes, não se iriam parar as obras todas, antes pelo contrário, vamos tentar fazê-las o mais rapidamente possível. O espaço para fazer ainda é muito maior que aquele e há-de ficar mais bonito quando estiver tudo feito, esperamos que sim, que avance e depois a gente passeará no jardim e, nessa altura, então, mudo de opinião, quer dizer, que não sou, não, não sou tolo. Senhor Presidente, eu queria de facto, vincar que é preciso fazer um esforço para mudar a orientação aqui da sala. E que até com as oficinas da Câmara se pode fazer a alteração das mesas, segundo me parece, são tábuas de pau, também se serra, põe-se outros pés e faz-se isso rapidamente. Embora deva dizer que, a Assembleia, esta Assembleia Municipal feita aqui, de facto, é difícil porque isto é uma sala difícil, o som é difícil, é cansativo estar aqui e isto tem que mudar nos próximos anos, com fundos comunitários já não, mas se for arranjado um espaço, para a Assembleia Municipal funcionar com outra, não é uma questão de dignidade, mas com outra funcionalidade mesmo para as pessoas que assistem era importante, porque isto aqui, de facto, é um pouco mau.

O Membro António Paixão : Senhor Presidente, gostaria de manifestar aqui, em Assembleia Municipal, o meu contentamento por ver desenvolvidas algumas obras cuja utilidade são interessantes e, particularmente, na freguesia de Rio de Moinhos. Estou contente pelas que tenho visto realizar, mas preocupado, e bastante preocupado, com muitas delas que vejo passar de anos para anos. Recordo mais uma vez, em plena Assembleia que enumerei aqui uma quantidade de faltas e começo por uma que, ultimamente, tem preocupado bastante os residentes da freguesia de Rio de Moinhos, pelas vezes que se me têm dirigido a apontar a falta de água, que têm falta de água, falta de pressão, que têm dificuldade, muitas vezes, em tomar banho na freguesia de Rio de Moinhos. A falta de equipamentos sociais nas áreas do desporto, do lazer ou educação, não sei se se pode chamar assim, como ATL's, creche e, mais propriamente, os voltados para a recolha e utilização por idosos: Centro de noite, centro de convívio, centro de dia da Nora e, aproveitando agora, que já deve estar na Câmara um pré-diagnóstico feito através da rede social e que caracteriza a freguesia de Rio de Moinhos como aquela que tem uma percentagem maior de idosos. Portanto, atendendo a esta situação, penso que é urgente tomarem-se algumas medidas nesse sentido. A falta de infra-estruturas para tratamentos de resíduos urbanos, penso que são as ETAR's, a freguesia de Rio de Moinhos está numa miséria a esse respeito. A falta de bons acessos, por exemplo, a Santiago, como felizmente vamos conhecendo já noutras localidades. Santiago de Rio de Moinhos tem um acesso péssimo para Estremoz, tem um acesso mau para Borba, tem um acesso paupérrimo para o

lado do Redondo, portanto, daqui a pouco não sei como é que lá vamos parar. Falta de espaços de lazer, por exemplo, jardins, a falta de sedes para associações, há a associação de caçadores, o Terras Verdes que também não têm sedes, falta de cantinas escolar e ATL's, na Nora em especial, falta de iluminação pública com bastantes reclamações também, a falta de terrenos para construção, enfim. Temos tantas faltas, só não temos uma, só não temos a falta de vontade de as ter feitas. Para além destas, destas faltas que já enumerei, também queria lembrar que, com este período de Inverno que agora se aproxima, outras dificuldades se nos apresentam. O escoamento das águas pluviais que chegam a inundar ruas e espaços na freguesia com prejuízos de alguma monta para particulares, para além dos transtornos a toda uma população. Na Aldeia Nova e Boavista, em Santiago, junto às escolas primárias no Barro Branco são, concretamente, as que me estou a lembrar neste momento. A deficiente cobertura, entendo-a eu, entendo-a, tenho-a entendido sempre assim, a deficiente cobertura no número e modelo de contentores de lixo e sua recolha. Isto faz-me até lembrar uma antiga brincadeira que se usava em Rio de Moinhos quando ia daqui um peixeiro vender sardinhas a Santiago, já depois de andarem há três dias nos caixotes, depois de as apregoar por lá e o povo já estar farto das sardinhas, diziam assim: Ai, não as querem, levo-as para Borba. E aqui os contentores: Ai não os querem, levo-os para Rio de Moinhos. Era tempo também de implantarmos contentores Moloks em Rio de Moinhos, que também é uma freguesia com bastantes necessidades a esse respeito. Ponto final, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia : Portanto, mais ninguém usa da palavra? Está encerrado o ponto 1.5.

PONTO DOIS: PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DO PÚBLICO:

O Senhor Presidente da Assembleia : Vamos passar ao ponto 2: Período para Intervenção do Público. Se houver pessoas interessadas do público em usar da palavra, fazem favor de se inscrever e devem, se fazem favor, identificar-se primeiro. Pode dizer o seu nome quando receber o microfone.--

O Senhor Francisco Silveira : Muito boa noite. Embora não tenha aquelas palavras como, se calhar, muita gente tem, apresento a quarta classe, tenho pena, mas... mas pela conversa que tive aqui com o senhor Paixão, até fiquei contente pelo que ele disse. Foi pena não o ter dito noutra altura, que na outra altura reclamava tanto, dizia tanto da outra Câmara, por que será agora com uma Câmara que, no fundo, é naquilo que ele está incluído. Faz tanta reclamação por que razão? A segunda, não estou a gostar de ver é uma coisa, está a pessoa a falar e o Senhor Presidente, desculpe por esta observação, o Senhor Presidente é só rir-se. Não sei por que é que se está a rir. De uma pessoa que está a falar? como fala? o Senhor Presidente só ri. Há qualquer coisa que não, não sei, o Senhor Presidente não está a fazer caso do que a pessoa diz? há qualquer coisa que não está bem. Muito boa noite. E desculpem se alguma coisa disse mal.

O Senhor Presidente da Assembleia : Desculpe, eu gostava de saber qual era o Presidente. É que aqui o Presidente sou eu.

O Senhor Francisco Silveira : Então, peço desculpa, não estou falando do Senhor, não é no Senhor Presidente da Assembleia, mas no Senhor Presidente de Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara : Senhor Presidente, se me permite, eu queria responder ali ao senhor Francisco.

O Senhor Presidente da Assembleia: Faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara: De facto, estou-me a rir, isso é um hábito de andar sempre bem disposto, mas não entenda nunca o sorriso como uma forma de estar a criticar aquilo que as outras pessoas estão a dizer. Aliás, há aqui pessoas que sabem que eu, normalmente, ando assim, não é com ar de gozo, é, se calhar, a minha maneira de ser.

O Senhor Presidente da Assembleia: Eu queria só recordar uma coisa, este período não é para considerandos, é para pôr questões, mas faz favor.

O Senhor Francisco Silveira: Eu não vou meter questão nenhuma, senhor Presidente, mas também lhe digo uma coisa, se o ofendi por isso, peço desculpa.

O Senhor Presidente da Câmara: Não, não.

O Membro António Paixão : Só para dizer aqui ao senhor Francisco, que gostei do comentário dele. Mas dizer-lhe que eu falei noutra vez, e a prova de que há imparcialidade da minha parte é que falei da outra vez e continuo a falar agora e falarei sempre que a freguesia de Rio de Moinhos estiver prejudicada.

O Senhor Presidente da Assembleia: Pronto, vamos encerrar o ponto número dois.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

O Senhor Presidente da Assembleia: Passamos, então, ao terceiro ponto: Período da Ordem do Dia. Chamo a atenção do público de que não são permitidas observações. A conversa não é extensiva ao público. Já acabou o período para o público intervir. Portanto, volto a dizer que estamos no ponto 3.1, concretamente no ponto A: Criação da sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multi-municipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro-Alentejo. E o ponto B: Integração do município de Borba na sociedade concessionária de exploração e gestão do sistema multi-municipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro-Alentejo. Passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

PONTO TRÊS PONTO UM: Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Alentejo:

O Senhor Presidente da Câmara : Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, em relação a este assunto, queria dizer-vos, que se trata de um assunto que já é antigo nesta casa, pelo menos há 4 anos que vínhamos falando em problemas relacionados com a água e problemas relacionados com a recolha de efluentes, penso que é um problema extremamente delicado e importante de resolver que envolve verbas extremamente elevadas. Relativamente à água, nós sabemos perfeitamente, que o nosso concelho é um concelho que não tem problemas de captação de água, mas tem problemas ao nível do abastecimento, da pressão, aliás já foi aqui hoje referido, a falta de, de pressão. Penso que este é um problema que não se prende só com algumas lacunas existentes no sistema em baixa, mas prende-se, sobretudo, com problemas relacionados com o abastecimento em alta, nomeadamente, a questão dos depósitos e a localização dos depósitos de água. Depois, em relação aos efluentes, sabemos que a Nora tem problemas, a Orada tem problemas, Rio de Moinhos tem problemas, Alcaviça, Aldeia de Sande, temos andado a desenvolver esforços nesse sentido, até Borba tem, tem problemas e, portanto, são necessárias verbas muito avultadas para resolver esta questão. Sabemos que este é um assunto que foi e continua a ser polémico, que se iniciou esta discussão na Associação de Municípios de Évora, que há quem defenda um sistema, o sistema multi-municipal e, há quem defenda o sistema inter-municipal, nós já aqui tínhamos votado, numa sessão anterior, a adesão ao sistema multi-minicipal e, portanto, é nesse sentido que nós aqui estamos. Portanto, como é sabido isto é uma proposta que até já vem do governo anterior, o governo vai criar através de decreto-lei uma sociedade anónima, adjudicatária, em regime de concessão, do exclusivo da exploração e gestão do sistema multi-municipal de abastecimento de água e saneamento do Alentejo. Sabemos que os sistemas multi-municipais são os que, tidos por estratégicos em termos nacionais, servem, pelo menos, 2 municípios. Aqui nesta situação não é o caso, portanto, este sistema multi-municipal visa, à partida, através de projecto de decreto-lei em preparação, a criação de uma sociedade anónima, de que resultará a Associação dos Municípios de Alandroal, Borba, Évora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, a EDIA e a Sociedade Águas de Portugal. Nós temos discutido muito esta situação e pensamos que está na hora de, pelo menos, avançar. Decidimos avançar para o sistema multi-municipal e é nesse sentido que viemos solicitar à Assembleia Municipal que, efectivamente, nos dê esse aval de entrarmos, efectivamente, nesse sistema. E para já fico-me por aqui.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís do Nascimento : Ora, esta questão de que vamos iniciar agora a discussão é, no meu ponto de vista, e penso que no ponto de vista de todos os Borbenses, uma questão que é fulcral para agora e para de futuro. E lamento imenso a forma como o Senhor Presidente de Câmara coloca este assunto à Assembleia Municipal. Porque o documento que nos chegou à Assembleia Municipal sobre esta matéria não é igual ao documento que o Senhor Presidente tem nessa pasta que está agora a abrir. O documento que nos chega não tem, o Senhor Presidente está-se a rir, mas é verdade.

O Senhor Presidente da Câmara: Senhor Presidente, se me permite. Eu estou-me a rir não é daquilo que o senhor está a dizer, eu estou-me a rir é que, não está a ver, com certeza, fotocopiar para a Assembleia Municipal este documento todo que aqui está, não é? Até porque isto não tem grande interesse.

O Membro Luís do Nascimento: Não, Senhor Presidente, eu falo só em relação ao decreto-lei, a esta proposta de decreto-lei que não é igual àquela que o senhor aí tem no dossier. E passo a referir que a proposta que o senhor tem e que eu tenho aqui em cima da mesa também, que é uma proposta igual a essa, um dossier igual a esse, que diz que é do sistema multi-municipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro-Alentejo, tem aqui uma proposta de decreto-lei, dentro deste mesmo dossier, onde são referidas as percentagens, as acções que cabem a cada, a cada município e também as acções que cabem à EDIA, e o documento que nos é distribuído nem sequer refere a EDIA.

O Senhor Presidente da Câmara : O documento foi tirado da pasta.

O Membro Luís do Nascimento: Só se a minha pasta é diferente, de facto, da do Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara: Se calhar. Não sei, não faço ideia.

O Senhor Presidente da Assembleia : Desculpem, talvez seja bom não entrarem em diálogo. Vamos deixar acabar a intervenção.

O Membro Luís do Nascimento: O conteúdo, de facto, deste dossier tem elementos que, no meu ponto de vista, estão agora a ser, de alguma forma, sonogados e foram sonogados a esta Assembleia. E pela introdução que o Senhor Presidente faz do tema, não é a forma mais correcta, lembrar que este sistema, a proposta que está aqui assim de adesão ao sistema multi-municipal é para o sistema em alta que irá fazer elevar, por assim dizer, a água desde a captação até à entrada do depósito, e os depósitos que estão aqui referidos neste dossier, é o depósito aqui que abastece Borba, é o depósito do Alto dos Bancelos e é o depósito da Orada. Portanto, o que for tudo de rede em baixa nunca entrará neste sistema multi-municipal. Primeira questão. A segunda questão tem a ver, de facto, com as obrigações que decorrem da assinatura e da aprovação deste sistema. Em primeiro lugar, na decorrência da aprovação da Câmara de Borba e da Assembleia Municipal com a entrada neste sistema, a Câmara, a Assembleia Municipal perde competência, perde a competência sobre as questões relacionadas com o abastecimento de água e saneamento ao concelho. Este, este sistema é, inicialmente, assinado entre o Governo, que é o que condiciona o abastecimento de água e o concessionário que é a Águas de Portugal. São estas duas entidades que, de facto, assinam este protocolo e assinam este acordo de abastecimento em alta aos municípios que depois aderirem. Uma outra questão tem a ver, de facto, com as obrigatoriedades também a que o município fica preso perante a aprovação deste acordo. Tem que cumprir, num prazo de 30 anos, um pagamento de caudais mínimos a esta empresa. E posso dizer que se nós, Borba, nas contas de gerência do ano passado tínhamos uma receita à volta de trinta e sete mil (37.000) contos de água, aquilo que é proposto com a adesão do Município de Borba ao sistema é que, no primeiro ano de concessão, portanto, já em 2003, terá de pagar obrigatoriamente, obrigatoriamente, no sistema em alta, cento e noventa e nove mil (199.000) euros, o que quer dizer à volta de quarenta mil (40.000) contos, só do sistema em alta, em 2004, quatrocentos e dezanove mil (419.000) euros, o que corresponderá a mais de oitenta mil (80.000) contos, em 2006, seiscentos e trinta e um mil (631.000) euros, o que corresponderá a cento e vinte, mais de cento e vinte mil (120.000) contos. Naturalmente, que quem vai pagar, quem vai pagar esta factura serão os munícipes porque, peço desculpa, só um momento, eu agora de momento não encontro, mas posso referir isto, o protocolo que é assinado, que vai ser assinado refere em determinado artigo que eu agora não encontrei, que a autarquia é obrigada a tarifar a água e o saneamento de forma a

não ter prejuízos com o abastecimento de água. A autarquia tem de se comprometer, perante este protocolo, de satisfazer financeiramente aquilo que a Águas de Portugal, que todos nós sabemos está na calha para ser privatizada, posso dizê-lo, em conluio com o governo, tarifar a água. Esta questão, de facto, é uma questão muito importante e, de facto, isto não é uma questão partidária, do meu ponto de vista, é uma questão supra-partidária, é uma questão que interessa ao Concelho de Borba, a todos os municípios. E, de facto, apelava para que, numa atitude de bom senso, numa atitude de não permitir que as bolsas dos Borbenses sejam agravadas de uma forma quase que exponencial que não fosse permitido, de facto, aprovar a entrada de Borba nesse sistema. Até porque há outras alternativas, há outras alternativas em que os municípios continuam a gerir os destinos, os preços, os valores das águas, do abastecimento da água à população. Para já era isto.

O Senhor Presidente da Assembleia : Doutora Filipa.

O Membro Maria Filipa Almeida : Eu quero começar por dizer que, na análise da ordem de trabalhos e dos documentos que foram enviados à Assembleia, considere este o assunto mais importante para o futuro de todos os Borbenses. Se aquilo que o Doutor Luís Nascimento acabou de dizer e foram algumas das muitas, das inúmeras coisas graves que aquele dossier que o Senhor Presidente da Câmara tem na frente contém, se isto tivesse sido dito por um técnico que a Câmara tivesse convidado para vir aqui explicar o que vai ser um sistema multi-municipal de águas e saneamento, isso seria suficiente para levar, eu atrevia-me a dizer, para levar todos os membros da Assembleia a votar contra esta proposta, mas como ela vem do eleito da CDU, isso não vai acontecer. Eu não sou ingénua, não tinha ilusões. Apesar disso, queria ainda fazer alguns apelos à reflexão porque somos todos de Borba e, independentemente da força política pela qual fomos eleitos, vamos todos pagar esta factura. Vamos todos pagar sejamos da CDU, do PS, do PSD ou sem filiação e até sem, sem simpatia partidária. Primeiro que tudo, este documento que a Assembleia recebeu, não é o documento que esteve na reunião de Câmara. E isto digo-vos com toda a certeza, porque vi o documento que os vereadores da CDU receberam. Este documento, isto, perdoem-me Senhores Presidentes, os dois, isto já não é um lapso, isto já é muito grave. E acabei de constatar que o documento do meu colega Diogo é igual ao meu. Portanto, a informação que os eleitos da CDU não têm, os números que os eleitos da CDU não têm, do ponto de vista oficial, os eleitos do Partido Socialista também não têm. Portanto, estão como nós. Têm um documento do qual não consta a EDIA como sócio desta empresa que vai ser criada, e a EDIA não é um parceiro qualquer. Temos um documento que diz: Município do Alandroal, reticências, acções da classe A; Município de Borba, reticências, acções da classe A; Município de Évora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, igual. Nós não sabemos, os membros da Assembleia não sabem quais são as acções do Município de Borba nesta sociedade. Temos um documento que, mais à frente, no capital social, nas acções e obrigações diz: O capital social é de, reticências, na importância de, reticências, o capital social é representado por, reticências, acções da classe A, com o valor nominal de um (1) euro cada uma. Meus senhores eu pergunto, isto é o quê para uma Assembleia Municipal? Isto é um projecto de estatutos que é igual para Borba, para Vila Real de Trás-os-Montes e para Vila Real de Santo António. Não é de somenos importância a forma como as coisas nos são apresentadas. Estes documentos não têm nada. E por um aparte que eu ouvi durante a intervenção do Luís, por um aparte que eu ouvi da bancada do Partido Socialista, meus senhores, aquele dossier que o Senhor Presidente da Câmara ali tem não é nenhum dossier secreto. Isto não é um negócio da Câmara de Borba, é um sistema multi-municipal onde entram muitas autarquias, onde entra a EDIA, onde entra o Governo, onde entra a empresa Águas de Portugal. Portanto, outras Câmaras também os têm, outros organismos também os têm. Nós demo-nos ao trabalho de procurar, demo-nos ao trabalho de estudar e de trazer aqui as nossas preocupações. Lamento que os senhores não tenham tido acesso, se não tiveram, mas se não tiveram acesso, então, estão a ser enganados como nós estamos a ser enganados, mas quem é enganado em última instância é a população do Concelho de Borba que vai pagar a água, não ao preço que a Câmara de Borba decidir, mas ao preço que o sócio maioritário desta empresa entender. Empresa que pelo andar da carruagem, o mais certo é vir a ser privatizada e, então, a situação ainda vai ser pior, mas neste momento quem decide sobre estes sistemas já é a Águas de Portugal. E se querem alguns números, podem ir confirmá-los, se querem alguns números nós podemos apontar alguns assim a título de exemplo. Não vai ser só o preço da água, vai ser lançada, também, uma tarifa sobre o saneamento e, segundo os números que esse dossier contém, vai ser qualquer coisa como quarenta (40)

cêntimos, mais quarenta cêntimos o metro cúbico de água. São oitenta (80) cêntimos, ou seja, cento e sessenta (160) escudos o metro cúbico de água, e é para preços desta natureza que a água de Borba vai passar. Os senhores podem, têm maioria, naturalmente vão aprovar esta proposta, mas tenham consciência das repercussões que ela vai ter sobre todos nós. Mas no abastecimento em alta, porque este sistema só vai tratar, esta empresa só vai tratar do abastecimento da água em alta, para a maior parte dos municípios isto não quer dizer nada, mas o que quer dizer é que o abastecimento em alta é desde a captação até ao depósito, porque do depósito para as nossas torneiras, desde os depósitos até às nossas torneiras, a responsabilidade, o trabalho, os custos, as despesas, continuam a ser da Câmara Municipal. Portanto, os custos não são só aquilo que o Doutor Luís disse e que a Câmara é obrigada a pagar por ano à empresa, a esta empresa, portanto, a Câmara, quer os municípios gastem a água ou não a gastem a Câmara tem um mínimo a pagar à empresa. Mas, para além disso, tem todo o outro trabalho que já tem agora, que é o trabalho da distribuição, da resolução dos problemas das rupturas, tudo o que vem do depósito até às nossas torneiras. Portanto, aí, a empresa não perde nada. Aliás, este é o negócio mais chorudo dos mais chorudos negócios deste mundo, porque a Águas de Portugal não arrisca nada, absolutamente nada, tem tudo a ganhar. O que é que a empresa Águas de Portugal vai fazer em Borba? O que é que esta empresa multi-municipal vai fazer no Concelho de Borba? Vai fazer os depósitos? Vai manter os depósitos, não vai fazer mais nada, não vai fazer mais nada, tudo o resto é da responsabilidade da Câmara, continua a ser da responsabilidade da Câmara. Portanto, estas informações, nós não as temos, isto é uma concessão pelo prazo de trinta (30) anos, não é de trinta meses, não é de um mandato, não hipoteca só o futuro a curto prazo, isto que vai acontecer vai acontecer pelo prazo de trinta anos e a decisão que esta Assembleia Municipal tomar é uma decisão que vai ter repercussão sobre os municípios por trinta anos. Isto é sério, isto não é uma coisa tão pouco importante que possa ser tratada assim, está explicado pelo Senhor Presidente e mal explicado, desculpe-me dizer-lhe, e vamos votar, acabou-se a conversa. A proposta, e tendo em conta coisas que já aconteceram noutros concelhos, há concelhos que não são de maioria CDU, não são de maioria CDU, que já tinham aderido a este sistema e estão a repensar o assunto e estão a reconsiderar a possibilidade de voltar atrás, a proposta que nós fazemos é que este assunto seja devidamente ponderado, devidamente estudado e que seja marcada uma Assembleia Municipal extraordinária, quando a Mesa entender e quando a Câmara tiver disponibilidade, para analisar, com a população, este assunto que consideramos da maior importância.

O Senhor Presidente da Câmara : Senhor Presidente, se me permitir, eu agora esclarecia um bocadinho isto.

O Senhor Presidente da Assembleia: Eu acho que era melhor ouvir, temos que ouvir muita gente ainda. Dr. Jerónimo, faz favor.

O Membro Jerónimo Cavaco : Boa noite a todos. Senhor Presidente, muitas das questões que trazia anotadas neste projecto, foram já colocadas pelos eleitos da CDU. Em todo o caso, eu gostava de começar por uma frase que o Senhor Presidente utilizou, isto, de facto, é um assunto antigo, por aquilo que eu percebi, é um assunto antigo já nesta autarquia, por aquilo que o Senhor Presidente começou por dizer. O senhor Doutor Luís Nascimento também referiu que está de acordo e eu estou de acordo consigo quando diz que isto é um assunto fulcral para o desenvolvimento do Concelho de Borba, mas parece-me que já é fulcral há muito tempo e eu não vi, efectivamente, da parte do anterior executivo, talvez por alguns dos receios aqui apresentados ou por falta de capacidade de decisão noutros níveis, a resolução daquilo que me parece ser um assunto importante para o nosso Concelho. Eu penso que a questão fundamental que está inerente a este documento, independentemente de nos faltarem elementos, que a mim, pessoalmente, também me faltam, ou pelo menos não estão à minha frente, nomeadamente, o número de acções, o valor das acções, o valor do capital social da própria empresa a ser criada, que tipo de vencimentos ou que tipo de sistema remuneratório irão ter os administradores desta empresa, como é que irão ser repartidos os custos, a quem competem os custos, de facto, são elementos que a mim me parecem que são necessários que sejam discutidos. Agora, em todo o caso, foram adiantados alguns elementos e, apesar do Senhor Presidente da Assembleia ter dito que é importante ouvir todos os membros que estão inscritos, eu penso que a discussão chegou a um impasse por uma questão muito simples, há elementos que parece estarem na posse de alguns membros, na posse de outros não estão. Como chegaram ou como deixaram de chegar

não me parece importante que, efectivamente, o discutamos aqui, o que me parece importante é que, se há elementos que nós não conhecemos, ou que os senhores eleitos da CDU conhecem, que nós não temos, por diversos motivos, ou porque se deram ao trabalho, ou porque não se deram ao trabalho, não é isso que está aqui em causa, elementos que me parecem ser fulcrais e importantes para podermos decidir, efectivamente, se apoiamos ou se não apoiamos ou, pessoalmente, falo pessoalmente, penso que o Senhor Presidente, se calhar, era importante que respondesse a algumas das questões colocadas, nomeadamente, o valor das acções, o capital social, como é que, efectivamente, se vai processar a captação, a distribuição e o saneamento, e como esta empresa irá funcionar, e há uma pergunta que eu ponho, que penso que estará na mente, na cabeça de algumas pessoas aqui presentes, se não pode ser esta alternativa, qual é a alternativa que se pode colocar se não optarmos por uma situação destas, é a criação de uma outra empresa de estilo completamente diferente ou mantemos as coisas como estão? A Câmara de Borba terá capacidade, no futuro, de garantir a todo o Concelho, sozinha, efectivamente, a manutenção do saneamento e da água para o consumo e também para as outras necessidades básicas? São perguntas que eu penso que o Senhor Presidente, na minha opinião, deveria, o Senhor Presidente da Assembleia decidirá, mas penso que era importante que o Senhor Presidente nos desse mais alguns elementos para podermos continuar a discussão.

O Senhor Presidente da Assembleia: Portanto, Doutor Manguinhas, faz favor.

O Membro Joaquim Manguinhas : Eu passo. Os argumentos aduzidos agora e pela Doutora Filipa eram, praticamente, aquilo que eu ia dizer, as questões que eu ia pôr, de maneira que, não vale a pena estar a repetir.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Moura Lopes, se faz favor.

O membro Moura Lopes : Em vez de usar da palavra, cedo a minha intervenção à Dra. Filipa para uma pequena intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia: O senhor Moura Lopes autoriza isso? Faz favor.

O Membro Maria Filipa Almeida : Não foi pela intervenção do Jerónimo agora, mas eu realmente esqueci-me de uma coisa com a qual queria terminar esta intervenção. Existe alternativa, os municípios, outros municípios, nomeadamente, os que estão aqui ao nosso lado, Vila Viçosa e Estremoz estão noutra alternativa, estão, está em criação um sistema inter-municipal, e não multi-municipal, um sistema onde quem decide são os municípios e não a empresa Águas de Portugal. É um sistema que também tem sócios privados, mas os municípios decidem maioritariamente.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Moura Lopes, faz favor.

O Membro Moura Lopes : Boa noite Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas, público. Desde que esta Câmara tomou posse, creio que estaremos de acordo se dissermos que este é o assunto, digamos, com mais peso que foi trazido aqui até agora e que nós estamos a discutir neste momento. Só para vermos a importância disto, eu dava alguns dados, para nós irmos pensando nisto. Eu penso que, ao contrário do que foi aqui dito, não é o número de acções que nós tenhamos que é importante, o que é importante é as consequências da entrada nesta empresa. Ainda hoje, e tenho pena de não ter aqui o Diário de Notícias, se alguém tiver lê uma noticiinha pequenina que vem lá: Os milhões de lucro da Águas de Portugal. Vem hoje no Diário de Notícias, e faço só uma pergunta, esses milhões de lucro das Águas de Portugal são à custa de quem? Dou a resposta, é à custa dos munícipes. Não há volta a dar-lhe. E vou dar aqui mais uns exemplos. É evidente que nós temos a água que evapora nos depósitos, a água que se perde, que se perde na canalização ou porque está rota ou por outro motivo. Se entrarmos neste sistema, a água evaporada é paga a oitenta (80) escudos o metro cúbico. Temos de pagar a água evaporada, temos que pagar a água que se perde que vai para o jardim? Essa água, a Câmara tem de pagar isso tudo, e qual é o lucro da Câmara? O lucro da Câmara é zero. Mas quem é que vai pagar isso tudo? Os munícipes que vão pagar isso tudo. E gostava de vos dizer também isto, no fim do mandato deste mandato que está agora a ser gerido pelo PS, o aumento, se entrarmos neste sistema, o

aumento da água no Concelho de Borba sobe trezentos por cento (300%). Eu repito, sobe trezentos por cento, e no final do próximo mandato a água sobe quinhentos por cento (500%). Ficava-me por aqui para pensarmos, e lucros para a Câmara e lucros, e benefícios para os munícipes não são nenhuns.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Mouquinho, faz favor.

O Membro Jacinto Mouquinho : Boa noite. Eu acho que este assunto que é um assunto bastante delicado, Senhor Presidente, a Câmara vai vender a água, penso eu, talvez, àquela empresa. Quais são os lucros que a Câmara vai ter e depois a Câmara vai ter de pagar novamente àquela empresa. Ora, o sistema que temos de canalização a nível do Concelho todo, com rupturas frequentemente, a Câmara depois vai ter de pagar essa água que hoje é da Câmara e vai ter de a pagar bem paga. Era isto.

O Senhor Presidente da Assembleia: Augusto Guégués, se faz favor.

O Membro Augusto Guégués : Boa noite a todos. Eu talvez até podia prescindir, perfeitamente, da palavra devido à intervenção do Jerónimo. Efectivamente, acho que não vale a pena, muitas vezes, fazer como a avestruz, esconder a cabeça ou, digamos assim, não discutir, em profundidade, os problemas. Acho que, de facto, é uma questão que nos preocupa, possivelmente, a todos, acho que sim, portanto, a proposta do Jerónimo eu aceito-a, perfeitamente, estou um bocado de acordo com ele, mas gostaria talvez de adiantar algumas questões. E as questões que me preocupam, portanto, ainda há pouco ouvimos aqui uma intervenção, nomeadamente, do senhor Paixão a dizer que toda a rede, toda a rede, praticamente, do Concelho está com problemas, com problemas de pressão, portanto, há que fazer, de facto, investimentos, investimentos na rede em alta, é necessário, de facto, aumentar a capacidade, aumentar a capacidade dos depósitos, há que fazer investimentos a esse nível, em alta, para, ter reflexos, a jusante, digamos assim na rede de baixa. Portanto, há que fazer investimentos. Outra questão que me parece extremamente importante também, é que a realidade do Concelho é uma realidade um pouco diferente de outros concelhos, nomeadamente, de outros concelhos do Baixo-Alentejo, eu estive, de facto, em zonas do Baixo-Alentejo que têm problemas tremendos onde será, possivelmente, o Alqueva que vai resolver um bocado esses problemas. Portanto, há que fazer muitos investimentos em alta para que, digamos, esses concelhos possam vir a ter, no futuro, digamos, uma distribuição de água em condições. Borba é um pouco privilegiada porque, digamos assim, temos tido até ao momento, das captações que existem, belíssimos resultados, mas pronto. Uma outra questão também, às vezes, há assim estas contradições, o Concelho do Redondo também aparece aqui a aderir, digamos assim, a este sistema. Portanto, também é da força CDU, e há outras Câmaras, que nós temos conhecimento que politicamente são da CDU e que aderiram a este sistema. Aquilo que eu penso, é que, muitas vezes, determinada força política, a CDU, tudo aquilo é de iniciativa privada, é um papão, há que, há que ter receio, há que ser, temos que ser contra, não é? Também não tenho essa visão tão ortodoxa e não tenho essa visão das coisas.

O Senhor Presidente da Assembleia: Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Queria começar por confessar dois pecados, primeiro não estudei o assunto, segundo tenho ignorância sobre ele. Mas penso que não se deve discutir o instrumental, vale a pena discutir, politicamente, é o central. E o central desta questão são de facto, as alternativas. É possível continuar com sistemas unicamarários, ou não? Segunda questão central, é com a agregação de municípios que vamos resolver o problema? sim ou não? Terceira questão central, a agregação de municípios é multimunicipal ou inter-municipal? quais são as diferenças? Têm de me explicar para eu perceber. Depois de discutirmos os princípios, que podemos discutir politicamente, é que eu posso ir ao instrumental e não posso porque não sou especialista, de facto, destas questões, precisava de estudar muito para as ir perceber. A questão, eu interesse-me pela questão da água noutra perspectiva, não nesta perspectiva pura e simples do município, interesse-me pela questão da água numa perspectiva, mais de estudo mundial, de reservas, etc., da grande questão mundial que aí vem dentro de vinte anos. Agora, nós podemos ter uma alternativa única, ser o Município de Borba a continuar mais vinte anos sozinho a fazer isto que faz? Se podemos, eu voto já nessa, se me garantirem que podemos. Se não podemos, então temos que ir ver as alternativas em estudo. Quanto à questão, de falta de conhecimento, então, se calhar vale a pena, fazer um esforço e dar mais conhecimento às pessoas. Porque quando o Moura Lopes diz que isto

vai aumentar para quinhentos por cento eu vou já fugir, quer dizer, eu preciso dessa informação, a gente precisa dessa informação para poder discutir e eu acredito na sua informação, não ponho em dúvida. Agora, quanto à empresa ganhar milhões, etc., de facto, do meu ponto de vista, as questões não se podem pôr assim. A gente tem que ver de facto a distribuição do capital social, a distribuição de administradores, tem que seguir a empresa, a gestão, etc.. À partida, se à partida me dizem: Essa empresa não, porque ela vai ganhar milhões à conta dos municípios, os munícipes hão-de ter sempre de pagar a água. Eu não pago a água a Borba porque não tenho água canalizada, por isso, estou à vontade. Hão-de sempre ter de pagar. Agora com esses aumentos de preços não pode ser, logo, se calhar estamos com falta de informação e valia a pena, de alguma maneira, fazer um dossier mais completo para cada membro da Assembleia. Não sei qual é a pressa disto, estou a falar completamente no ar, não sei se as outras Câmaras já aprovaram ou não aprovaram, não sei, quer dizer, estou a falar na ignorância total, mas valeria a pena a gente pensar nisso.

O Senhor Presidente da Câmara : Senhor Presidente, não sei se agora posso intervir. É que provavelmente, a minha intervenção ia evitar algumas das perguntas que vão surgir.

O Senhor Presidente da Assembleia: Só há aqui um membro inscrito que ainda não falou. Eu ia dar a palavra ao membro Rui Bacalhau e depois dava-lhe a palavra si.

O Senhor Presidente da Câmara: Sim, sim.

O Senhor Presidente da Assembleia: Vamos com três quartos de hora (00.45) de análise sobre este ponto, e cerca de uma hora e meia de Sessão. A mesa propõe, se não se colocar oposição, que fale o último inscrito e seguidamente o senhor Presidente da Câmara. Depois abre-se uma segunda ronda de inscrições por cerca de um quarto de hora e procede-se à votação. Dou a palavra ao Doutor Rui Bacalhau.

O Membro Rui Bacalhau : Bem, antes de mais, boa noite a todos, é a primeira intervenção também que tenho nesta noite, mas gostava só de reforçar aqui três ou quatro pontos deste projecto que considero bastante importante e, se calhar, como alguns membros da CDU disseram, fulcral para a nossa terra. Penso que a ideia que deve presidir à constituição desta empresa e os serviços que vai prestar, será a satisfação e salvaguarda dos interesses do município. Penso que isto deve ser ponto assente. Depois, a minha intervenção assentava muito naquilo que o engenheiro Cabral acabou agora de referir, não podemos pensar no curto prazo, mas temos que pensar mais no médio e longo prazo. As reservas de água não são das mais famosas, toda a gente sabe que o negócio das águas é um negócio, diz-se, o negócio do futuro, mas o que é que nós podemos fazer para combater isto se, de facto, as reservas estão a escoar-se o mais rápido possível? Depois, em resposta a algumas intervenções que aconteceram aqui, as alternativas, eu ia perguntar quais eram as alternativas que havia. Foi depois esclarecido por um outro membro da CDU que havia a questão dos sistemas inter-municipais e foram inclusive, levantados alguns números sobre, o preço da água no futuro. Se isso se concretizar, eu faço minhas as palavras do engenheiro Cabral, quinhentos por cento de aumento acho que não há bolsa que aguento essas situações. Mas também coloco a questão de outra forma, em caso hipotético de serem as Câmaras a gerirem, as Câmaras daqui da zona, todos nós sabemos como é que elas estão financeiramente, não só as da zona, as de todo o país. Será que as Câmaras, no futuro, vão ter capitais para poder investir nisto? Será que as Câmaras, sem uma alternativa privada ou sem uma ajuda, diria uma muleta, para fazerem investimentos, daqui amanhã têm condições de satisfazer os interesses da população e de salvaguardarem os interesses também dos municípios que são quem vai utilizar este bem? Uma outra questão também, e só em resposta a uma intervenção que foi abordada por um membro da CDU, a notícia, efectivamente, do Diário de Notícias é verdadeira, porque eu também tive oportunidade de a ler, mas encontro uma explicação óbvia para aquela, para aquela notícia, é que a diferença entre a gestão privada e a gestão pública é notória nesses números. Provavelmente, nas Câmaras municipais nós não conseguimos ter aqueles resultados, da forma como elas são geridas. Tenho dito.

O Senhor Presidente da Assembleia : Senhor Presidente, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara: Bom, vamos lá ver se eu desta vez esclareço, de forma mais clara, aquilo

que não esclareci ao princípio. E, se calhar, isso é capaz de ser uma deformação minha. Minha, porque tenho levado horas a discutir este assunto. E o que é que acontece? Quando nós levamos horas a discutir um assunto, provavelmente, há coisas que são evidentes para nós, que nós até, se calhar, pensamos que as outras pessoas já pensaram nelas e, provavelmente, não pensaram. Portanto, se realmente não esclareci da melhor maneira, procurarei fazê-lo agora. Há uma questão importante que é o abastecimento de água às populações, que tem que ser resolvido e que tem de ser resolvido até 2006. Sabemos, todos nós sabemos que no futuro quadro comunitário para Portugal, o dinheiro vai ser muito escasso, enfim, o futuro a Deus pertence, mas nós sabemos que, realmente, as coisas não são fáceis. Para resolver esta situação, sendo apenas o Concelho, isoladamente, não pensem, é melhor não pensarmos nisso. Portanto, restam-nos duas alternativas, ou integramos o sistema multi-municipal em que vamos ter como sócios os municípios envolvidos, as Águas de Portugal e a EDIA, e se realmente, no documento que aí está não aparece, também a importância não é muito significativa porque a EDIA tem um por cento (1%). Portanto, é mais um parceiro que aparece, se calhar, um parceiro importante. E, sobre a troca de documentos, provavelmente, como o rosto do documento é o mesmo, é provável que possa, eventualmente, ter havido algum lapso. É provável, admito que sim. Bom, mas dizia eu que nos restam duas alternativas, o sistema multi-municipal e o sistema inter-municipal. Então, se calhar, é melhor começarmos por aqui. Este documento que eu aqui tenho é um documento que é público, é um documento que está à disposição de todas as pessoas, apenas não o fotocopiei porque me parece que aquilo que a Assembleia tem de autorizar é, de facto, dar parecer sobre a integração do Município na sociedade concessionária. E, portanto, há aqui uma série de coisas, uma série de elementos que me parece que ficava extremamente dispendioso estar a fotocopiar para toda a gente, mas se assim o entenderem far-se-á. Não é que daí venha a resultar mudança de opinião, seja de quem for, mas dizia eu, falava eu no sistema multi-municipal e inter-municipal, e, então, lamento profundamente que quem conheça o documento não tenha lido, o ponto 3.2.4, que diz o seguinte: No âmbito do trabalho efectuado, foram analisadas diversas opções relativas à actividade operacional da empresa e que resultaram na determinação de um cenário base preliminar que assenta nos seguintes pressupostos principais: cobrança de uma tarifa por metro cúbico de água fornecido e de uma tarifa por metro cúbico de esgoto tratado que evolui a preços constantes de 2002, da seguinte forma: Abastecimento de água - em 2002 trinta e sete (37) cêntimos; em 2003 trinta e nove (39) cêntimos; em 2004 quarenta e um (41) cêntimos e assim sucessivamente até que em 2032 o valor é de quarenta e seis (46) cêntimos. Saneamento - trinta e sete (37) cêntimos em 2002 e em 2032 quarenta e seis (46) cêntimos. E diz o seguinte, a seguir: As tarifas serão actualizadas durante todo o período da concessão à taxa da inflação, não sofrendo quaisquer incrementos em termos reais para além das variações atrás indicadas. Comparando a actual estrutura tarifária com a estrutura tarifária desenvolvida no modelo anterior, dos doze (12) municípios, sistema inter-municipal, porque foram os mesmos a fazer o trabalho, a preços de 2000 temos: Abastecimento de água - trinta e quatro (34) cêntimos em 2002, em 2032 quarenta e três (43) cêntimos. Tratamento de esgotos - em 2002 trinta e quatro (34) cêntimos, em 2032 quarenta e três (43) cêntimos. Portanto, não vamos por aí. Não vamos por aí e deixemos de iludir ou de mandar areia para os olhos seja de quem for, porque em termos de evolução das tarifas, as tarifas estão aqui, não fui eu que as inventei. Ou seja, abastecimento de água em 2002, pelo modelo multi-municipal trinta e sete (37) cêntimos, pelo modelo inter-municipal trinta e quatro (34). Portanto, há uma diferença de três cêntimos. Em 2032, água pelo sistema multi-municipal, como nós defendemos, quarenta e seis (46) cêntimos, pelo sistema inter-municipal quarenta e três (43) cêntimos. Uma diferença de três cêntimos, na mesma. Volto a repetir, saneamento zero trinta e sete (0,37) em 2002, zero quarenta e seis (0,46) em 2032, pelo sistema multi-municipal. Pelo sistema inter-municipal, o anterior, zero trinta e quatro (0,34) em 2002, zero quarenta e três (0,43) em 2032. Caracterizando agora, e aqui, a maior parte das pessoas fala na água e esquece-se dos esgotos e dos problemas que são muito mais graves, que nós vamos ter que os resolver porque a Comunidade a isso obriga. Esta história dos esgotos a céu aberto e dos esgotos a escoar para as ribeiras, se calhar, no mais curto espaço de tempo, o Estado Português e os Municípios vão ser multados por causa disso e, portanto, deve-se resolver, quer dizer, não estamos aqui a brincar. Em relação a Borba, sistema de água, porque eu, sinceramente, com mentiras, isso não. E vou ler para não mentir, para não me enganar: O sub-sistema de Borba tem por base as captações subterrâneas principais do Concelho, localizado junto à sede do Concelho, propondo-se o seu tratamento centralizado numa ETA a construir se possível perto do actual reservatório da vila. Borba terá como pontos de entrega o actual reservatório da vila, com a hipótese de ser aumentado, na reunião em que participei, de ser subido o nível, e os

reservatórios da Orada e Alto dos Bacelos integrando o sistema em alta, a interligação destes dois reservatórios com o reservatório da vila, que não estava previsto. Isto não estava previsto, foi negociado na reunião onde eu estive. O sub-sistema é composto por oito captações subterrâneas a integrar e a reabilitar com uma capacidade de produção total de duzentos e oitenta (280) metros cúbicos/hora e respectivas estações elevatórias com potências instaladas e inferiores a 6 kilowatts (6kw), uma estação de tratamento a construir com uma capacidade de tratamento de dois mil e duzentos (2200) metros cúbicos/dia, sendo previstas as operações de filtração, desinfecção, etc... Esgotos - O sistema de Borba serve a vila de Borba e englobará um emissário de trezentos (300) milímetros de diâmetro a construir numa extensão de duzentos (200) metros e uma ETAR existente por lagonagem a integrar e a complementar com uma lagoa de macrófitas para remoção final de fósforo e azoto. A população a servir o sistema será de quatro mil e quatrocentos (4.400) habitantes e equivalentes não industriais. Sistema de Rio de Moinhos - O sistema de Rio de Moinhos serve a população com o mesmo nome e será composto por um emissário de duzentos (200) milímetros de diâmetro a construir numa extensão de mil e duzentos (1.200) metros seguido de uma ETAR por lagonagem, também a construir. Sistema da Nora - O sistema da Nora serve a povoação com o mesmo nome e será composto por um emissário de duzentos (200) milímetros de diâmetro a construir numa extensão de seiscentos (600) metros e por uma ETAR existente por lagonagem, a integrar, com reabilitação que será complementada com uma lagoa de macrófitas para remoção final de fósforo e azoto. Sistema da Orada - Incluirá um emissário a construir, uma ETAR existente de lamas activadas a integrar, reabilitar e complementar com uma lagoa de maturação para o tratamento terciário. Sistema de Barro Branco - O sistema de Barro Branco serve uma população no total de duzentos e setenta (270) habitantes e equivalentes e será composto por um emissário de setecentos (700) metros de extensão e duzentos (200) milímetros de diâmetro e por uma ETAR por lagonagem, ambos a construir. Portanto, reparem a quantidade de investimento que está aqui. E agora digam-me se Borba tem capacidade para tal. Isto foi feito por uma empresa que tem know-how. Vamos lá a ver, eu não tenho, quero que fique claro que não tenho nenhuma acção na Águas de Portugal, nem pretendo vir a ter, mas não há dúvida que a empresa que fez este estudo é uma empresa com capacidade e sabe o que está a fazer e a dizer. E agora digam-me se Borba tem dinheiro para resolver tudo isto que aqui foi dito. E mais, digam-me se, integrando o sistema inter-municipal, se os municípios têm capacidade de endividamento que lhes permita contrair empréstimos para fazer face a estas despesas que aqui estão? Não queria falar agora nisto, mas têm que fazer a comparação, lembremo-nos do que está a acontecer com os lixos, que é um sistema inter-municipal. Naturalmente que estamos a falar de água em alta e nós sabemos que há problemas em baixa que se resolvem investindo em alta, basta conhecermos o princípio dos vasos comunicantes, penso que nem é preciso sermos muito espertos para isso. Para já ficava-me por aqui. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia : Passaram cerca de duas (2) horas e ainda não saímos do ponto número 1 da ordem de trabalhos, que tem oito pontos. Eu pergunto se mais alguém se quer inscrever e depois concediam-se dois minutos ou um minuto, como entenderem, a cada membro. Dois minutos a cada um? Depois não há mais inscrições. Certo? Portanto, passava a palavra ao Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Carlos Cabral: Quero fazer um ponto de Ordem à mesa. Que se faça agora o intervalo.

O Senhor Presidente da Assembleia : A mesa considera que o intervalo deve ser feito depois de concluirmos o ponto um, uma vez que temos (8) oito pontos para analisar. Vamos considerar uma última ronda de inscrições, em que o período máximo de intervenção será de dois minutos por cada membro e depois passaremos à votação. O membro Luís Nascimento, faz favor.

O Membro Luís do Nascimento : Bom, em primeiro lugar queria referir que este assunto é novo nesta Assembleia, assim como seria novo se estivéssemos no mandato anterior, em termos da adesão de Borba a um sistema multi-municipal ou a um sistema inter-municipal. Isto nunca foi discutido noutra lugar a não ser hoje aqui, pela primeira vez, não sei se foi, de facto, na reunião de Câmara. Portanto, isto é uma questão nova. O que está aqui assim a ser discutido, de facto, é a adesão do município de Borba ao sistema em alta para abastecimento de água às populações, e não do sistema em baixa, porque a adesão a esse sistema, o Senhor Presidente fala no princípio de vasos comunicantes, mas, de facto, se os vasos

forem, forem frágeis, os vasos não aguentam e a comunicação, de facto, alarga-se mais que aquilo que estávamos à espera, não é? Eu quero dizer com isto que a adesão a esse sistema não vem resolver o problema de abastecimento de água a Borba, a alguns lugares de Borba, os problemas vão continuar da forma como estavam, nós sabemos isso perfeitamente, que é uma rede antiga, uma rede com muitas, com muitas deficiências, com muitos driblamentos, mas que não é esta adesão ao sistema em alta que vai resolver esses problemas. Depois é preciso referir o seguinte, é que as percentagens que foram aqui referidas, eventualmente, estarão correctas, mas é só para dizer números em concreto. É que em 2003, que é o primeiro ano de concessão, o tarifário passará a trinta e nove (39) cêntimos para o metro cúbico de água, trinta e nove (39) cêntimos para o metro cúbico de saneamento, enquanto que nós, neste momento, a nossa tabela de taxas tem zero vírgula vinte e cinco (0,25) para o abastecimento de água, no escalão mais baixo.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutor Nascimento, tenha paciência, terminou os dois minutos

O Membro Luís do Nascimento : Com certeza. E a taxa de saneamento é gratuita aos munícipes. O que quer dizer que logo no primeiro ano de abastecimento, o valor triplica no escalão mais baixo. (Neste momento surgiu alguma agitação no público, tendo um cidadão proferido, de forma audível na mesa, as expressões "corruptos" e "ladrões").

O Senhor Presidente da Assembleia: Está interrompida a sessão, o senhor careca que está lá atrás junto à janela, sai da sala. Sai da sala, se faz favor. Os trabalhos estão suspensos, vamos chamar o sargento da Guarda se o senhor se recusa a sair.

(Segue-se uma interrupção com diálogos entre vários intervenientes fora do alcance do microfone, embora se tenha ouvido claramente a expressão: "vai levar nas nalgas", proferida, enquanto saía, pelo senhor António Manuel Banza Ramos, Funcionário da Câmara Municipal de Borba).

O membro Joaquim Manguinhas: quero informar que não concordo que se mandem sair pessoas do público. Fui presidente desta Assembleia durante oito anos e isso nunca se verificou.

O senhor Presidente da Assembleia: possivelmente, foi porque nunca tomou essa atitude que agora eu, passados tantos anos, a tenha que tomar. Senhor Luís Nascimento, faz favor de continuar, mas recorde que já ultrapassou os seus dois minutos.

(O membro Joaquim Manguinhas saiu da sala).

O Membro Luís do Nascimento: Era só para dizer que, de facto, em 2003, a factura de água no escalão mais baixo passa de zero vírgula vinte e cinco (0,25) ao consumidor, para zero vírgula, para zero vírgula setenta e oito (0,78), o que triplica, de facto, o valor desse consumo.

O Senhor Presidente da Assembleia:: Muito obrigado. Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Maria Filipa Almeida : Senhor Presidente, primeiro que tudo, eu não saí da sala, mas, quero dizer, o senhor acabou de cometer uma grave ilegalidade, não tem esse poder, só tem poder para suspender os trabalhos para que a ordem seja restabelecida, não tem poder para mandar sair ninguém.

O Senhor Presidente da Assembleia : É a sua opinião.

O Membro Maria Filipa Almeida : não tem esse poder, de acordo com a lei.

O Senhor Presidente da Assembleia: É a sua opinião.

O Membro Maria Filipa Almeida : Vou passar à questão, Senhor Presidente da Câmara, no princípio deu uma informação muito resumida, muito superficial, mas eu tenho de continuar porque senão os dois minutos esgotam. O Senhor Presidente da Câmara deu uma informação muito superficial, perante as dúvidas e perante as informações que foram feitas, começou a abrir o dossier e deu mais algumas

informações concretas, deu uma informação concreta que eu gostava que as pessoas retivessem, a partir de 2003, que já vem muito perto, as pessoas passam a pagar cento e cinquenta e seis (156) escudos por metro cúbico de água consumida, isto é real, e sobre as tarifas e sobre o estudo multi-municipal e inter-municipal que o Senhor Presidente comparou, há uma diferença fundamental. No sistema multi-municipal decide o sócio maioritário que é a empresa Águas de Portugal, no sistema inter-municipal decidem os municípios. Esta é fundamental. Para além disto, eu queria pedir, de acordo com o regimento, queria pedir ao Vereador Joaquim Serra que desse alguns esclarecimentos sobre a posição dos Vereadores da CDU na Câmara de Borba em relação a este assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Moura Lopes, faz favor.

O Membro Moura Lopes : Passo os meus dois minutos para reforço da intervenção do Vereador Serra.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Paixão, faz favor.

O Membro António Paixão : Senhor Presidente, também vou tentar ser muito breve. Quando se punha aí o problema dos capitais públicos ou não públicos, eu só queria chamar a atenção para o seguinte, vejamos o que acontece no nosso Concelho, no Concelho de Borba quando a Câmara Municipal é a única entidade responsável pelo tratamento de esgotos e vemos há quantos anos a freguesia de Rio de Moinhos está sacrificadíssima, naquele estado, por esta situação. Portanto, parece-me a mim, que mesmo tendo de dar alguns lucros a alguém, eu pretendo antes as coisas resolvidas a bem da população.

O Senhor Presidente da Assembleia: Mário Deus, faz favor.

O Membro Mário de Deus : Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu penso que, de facto, também não fiquei muito à vontade para conversar agora, gosto das coisas de forma mais espontânea e mais franca e penso que esta Assembleia é, de facto, o sítio, com delicadeza, e com normas e com regras, para que a democracia se cumpra até ao fim, o que obriga todos ao sentido da responsabilidade e à delicadeza inevitável às pessoas todas. É pena que isso não aconteça. A minha intervenção é motivada pela preocupação de dizer a todos, de transmitir a todos e também um pouco aqui à rapaziada da minha bancada, aos meus camaradas do Partido Socialista de que, infelizmente para nós todos, para aqueles que já temos uma certa idade, a realidade está a evoluir muito rapidamente, está-se a transformar muito rapidamente. Gostávamos todos de ter o pé nas transformações, gostávamos todos com certeza de perceber, ser capaz de ver onde é que isto amanhã vai parar, onde é que no outro dia vai parar, é impossível e eu sinto já, e quando o Presidente da Câmara fez ali aquela exposição técnica, sinto já que só deixei de ser vereador há meia dúzia de meses, mas já não sou capaz de acompanhar aquela informação toda, aquilo entra-me por uma orelha, se quiserem, e já não a entendo bem, já não a descodifico toda. Agora, tenho aqui duas ou três referências que queria sublinhar, especialmente aos meus camaradas de bancada, que já foram quase todas referidas. O Paixão acabou de referir, não se pode fazer política, vendendo barato, sacrificando uma parte da comunidade. A Nora, alguns agregados populacionais do nosso Concelho têm sido, ao longo destes anos todos, desde a democracia, desde o 25 de Abril, por mais loas que se teçam ao 25 de Abril, em Borba paga-se pouco de água porque algumas partes do nosso Concelho, da nossa comunidade eram sacrificados indecentemente. Está aí o Proença que, com certeza, já dirá de sua justiça, o Presidente da Junta já o disse. Esta referência é inequívoca, é para todos, não sendo capaz de dominar em pormenor o que vem aí amanhã, esta referência é inequívoca, mas há outra que o Presidente já referiu, é a de que os lixos estão aí como exemplo. Há aqui como exemplo esta noite toda, a forma como tem decorrido, há aqui a intervenção de fundo do doutor Luís Nascimento, deixou de ser funcionário desta Câmara, foi ser funcionário para outra Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia: Mário de Deus, já está, está no fim.

O Membro Mário de Deus : Só mais um segundito, já agora. Pronto, vê-se de onde vem a informação, vê-se de onde é que vem a informação e vê-se ao serviço do que é que vem, de um projecto que não tem nada a ver com a nossa especificidade, como não terá, como não teve nestes quatro (4) anos que passaram,

O Senhor Presidente da Assembleia: Mário tem que acabar.

O Membro Mário de Deus : Mesmo para acabar, Senhor Presidente, refiro que, aqui ao lado, Estremoz tem problemas com a água, com o preço da água, gravíssimos, há muitos anos. Estremoz não tem sido capaz de os resolver, já andaram pelos tribunais, nunca resolveram o problema da água em Estremoz, e há então aqui uma colega nossa de bancada que tem na família uma pessoa que exerceu poderes políticos na questão da água em Évora e sabemos todos muito bem como é que aquilo acabou

O Senhor Presidente da Assembleia: Pronto. Terminou. Vou suspender as intervenções. Recebi um requerimento apresentado pela Doutora Filipa que diz: Perante a gravidade do assunto em discussão e de falta de dados fornecidos à Assembleia Municipal, proponho que este ponto seja discutido e decidido numa sessão extraordinária a realizar brevemente (anexo 8). Vou pôr à votação este requerimento. Quem vota a favor? Faz favor de levantar o braço. Quem vota contra o requerimento, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Portanto, o requerimento não foi aceite com nove (9) votos contra, duas (2) abstenções e sete (7) votos a favor. Vou dar a palavra, seguidamente ao Senhor Doutor Luís Nascimento que queria fazer uma intervenção pontual sobre qualquer intervenção anterior. Faz favor.

O Membro Luís do Nascimento: Senhor Presidente, eu acho que foi extremamente abusiva a intervenção do deputado Mário de Deus ao relacionar a minha vida profissional com aquilo que foi aqui colocado em cima da mesa. Está mais que visto que o senhor Mário de Deus não conhece a realidade da envolvência deste Concelho, porque há realidades diferentes, Borba é um Concelho que tem uma realidade diferente daquilo que se está a passar em Vila Viçosa, do que se está a passar em Estremoz, do que se está a passar em Montemor, do que se está a passar em Arraiolos e por aí fora. Era, de facto, para verberar esta minha discordância com esta forma de intervenção do senhor Mário de Deus.

O Senhor Presidente da Assembleia: Muito obrigado. Vamos retomar as intervenções.

O Membro Mário de Deus: Queria usar o direito de resposta,

O Senhor Presidente da Assembleia: Faz favor.

O Membro Mário de Deus: Só para sublinhar, mais uma vez, que não tenho nada a ver com a vida profissional do Doutor Luís Nascimento e, como ao longo dos anos todos que estive na Câmara a trabalhar com ele lhe mostrei, é coisa que não me preocupa. A minha única preocupação são questões políticas, são questões de decisão de fundo aqui no fórum de decisões de fundo e apenas referi isto à margem, como referi, como refiro outras coisas à margem para que os meus companheiros de bancada, até sublinhei bem, os meus companheiros de bancada mais jovens, quando têm hesitações, ponderem as questões todas que me parecem que são de ponderar e decidam depois em consciência.

O Senhor Presidente da Assembleia: Obrigado. Doutor Jerónimo, faz favor.

O Membro Jerónimo Cavaco: Senhor Presidente, eu fiquei esclarecido relativamente a uma questão, é ponto assente que a Autarquia ou Município de Borba não tem condições para continuar sozinho. Também fiquei esclarecido relativamente a outra questão, parece que é ponto novo nesta Assembleia, é de certeza porque, pelos vistos, ou nas actas ou naquelas em que eu estive presente nunca se discutiu este assunto, mas não é ponto novo no Município de Borba que Borba tenha, efectivamente, problemas a nível, seja de água em alta ou em baixa, confesso que sou completamente leigo na matéria, e também não é completamente novo que Borba e as freguesias do Concelho de Borba têm problemas a nível de esgotos. Também não é completamente novo para o anterior executivo que nada tinha sido feito relativamente a esta questão ou o Vereador Serra fará o favor de nos dizer tudo aquilo que foi feito no sentido de evitar que esta questão estivesse a ser discutida. Eu penso que é ponto assente que, não tendo o Município de Borba condições absolutamente nenhuma para continuar sozinho numa situação destas, de reformular toda a rede de saneamento, de reformular seja a água em baixa ou seja a água em alta, que o município de Borba tem de se decidir por uma das duas situações. Se há uma situação, que é a situação dos lixos, que

nós sabemos de antemão que não corre bem, se, efectivamente, o Presidente da Câmara de Borba, eu não quero pensar que seja outra coisa, nos referiu e nos elucidou precisamente sobre aquilo que vão ser os valores, o senhor Luís Nascimento fez o favor de me elucidar sobre os valores, pelo escalão mais baixo, quando eu lhe perguntei pelo escalão mais alto também não me soube responder se, efectivamente, é mais ou menos do que aquilo que se virá a pagar em 2003, eu penso que está mais do que esgotado o ponto e vamos andar a bater aqui à ceguinho e a bater, efectivamente, naquilo que não há para bater. Ou fazemos ou não fazemos. Agora, de facto, o Senhor Presidente da Assembleia decide quando chegar a altura de fazer a votação.

O Senhor Presidente da Assembleia: Obrigado. Portanto, o Senhor Engenheiro Cabral.

O Membro Carlos Cabral: Senhor Presidente, é para apresentar oralmente um requerimento que entregarei de seguida na mesa. Requerimento: requero um intervalo de quinze (15) minutos para poder analisar com os elementos da minha bancada a sequência desta Assembleia Municipal (anexo 9).

O Senhor Presidente da Assembleia: Quem vota a favor deste requerimento levanta o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra levante o braço. Quem se abstém?. Aprovado com duas (2) abstenções e dezasseis votos a favor. Portanto, vamos interromper os trabalhos por quinze (15) minutos.

O Senhor Presidente da Assembleia: Vamos retomar os trabalhos. Doutor Rui Bacalhau, faz favor.

O Membro Rui Bacalhau: Bom, depois desta paragem, cabe-me a mim recomençar, queríamos fazer alguns esclarecimentos que penso que estão um pouco dúbios com as intervenções anteriores e alguns mal entendidos. Gostava de começar por recordar que as Câmaras que vão aderir a este projecto, uma das quais é a Câmara Municipal do Redondo, toda a gente sabe, é do Partido Comunista, o Presidente é, inclusive, o Presidente da Associação de Municípios de Évora, portanto, também vai integrar este projecto. Penso que isto é um facto bastante significativo e gostaria que as pessoas tivessem alguma atenção a este ponto. Outra situação que também queria clarificar são as dificuldades, e reforçar porque na primeira intervenção também já a abordei, a dificuldade que as Câmaras têm, em termos financeiros, o endividamento que todas a Câmaras têm e depois qual a capacidade que essas mesmas Câmaras têm para fazer o respectivo investimento que aponta para valores bastante significativos. O Senhor Presidente da Câmara há pouco, de certa forma, já referenciou o investimento que é necessário realizar e não prevejo nos próximos anos a Câmara Municipal de Borba com fundos para poder fazer isso. Vamos passar mais trinta (30) ou até quarenta (40) anos e ainda vai haver parte da população de Borba, do Concelho de Borba, digo, sem água e sem os esgotos nas devidas condições. Outra coisa também que é importante clarificar, há diferenças de preços entre a intervenção do Senhor Presidente e a intervenção de um membro da CDU, eu pedia ao Senhor Presidente que voltasse a esclarecer esta situação e também lhe sugeria que marcasse, peço desculpa, marcasse uma intervenção para uma sessão de esclarecimento à população de Borba porque é um ponto bastante importante e acho que é um ponto sobre o qual há necessidade de haver um esclarecimento por pessoas e por técnicos entendidos neste assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia: Está quase no fim, dois minutos.

O Membro Rui Bacalhau: Pronto, tenho dito.

O Senhor Presidente da Assembleia: Vou agora dar palavra ao Senhor Vereador Serra Silva para responder à questão colocada pela Doutora Filipa.

O Vereador Serra Silva : Eu gostaria de, antes de começar a intervir, primeiro desejar boas noites a todos os membros desta Assembleia, ao restante executivo e também ao público que se mantém nesta sala, mas gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia se tenho algum limite de tempo ou se, porque dependendo do tempo que me vai dar assim eu, comentarei

O Senhor Presidente da Assembleia: Tem dois minutos.

O Vereador Serra Silva: Pronto. Então, vou procurar, em dois minutos, tecer alguns comentários sobre coisas que ouvi. E ia dizer duas ou três questões do ponto de vista técnico e depois passaria a duas ou três questões do ponto de vista político.

O Senhor Presidente da Assembleia: Já agora, desculpe interrompê-lo, está a recordar o senhor Moura Lopes e muito bem que lhe cedeu os dois minutos. Portanto, tem quatro minutos.

O Vereador Serra Silva: Muito obrigado. Do ponto de vista técnico, nós estamos aqui a falar, e vou referir isto porque alguns dos membros desta Assembleia disseram isso nas suas intervenções, que do ponto de vista técnico não percebiam o que é que estava aqui em causa. O que está aqui em causa são dois sistemas, um que é um sistema de tratamento de esgotos e outro que é um sistema de fornecimento de água. O fornecimento de água é a quem? O fornecimento de água não é aos munícipes, é um fornecimento de água à Câmara, ou seja, está a ser criada uma empresa para vender água à Câmara Municipal de Borba. Não vai vender directamente aos munícipes, vai vender à Câmara Municipal de Borba. Para vender à Câmara Municipal de Borba a água, o que é que ela precisa? Não vai trazer nada de novo a Borba, as captações, vai utilizar as oito (8) captações que, neste momento, são da Câmara Municipal de Borba. Que são suficientes, tudo bem, são suficientes. Pronto, são suficientes para o período de trinta (30) anos. Tanto, tanto que assim é, e foi uma das razões que a Câmara de Borba se bateu neste processo e a Câmara de Estremoz, e colocaram mesmo a questão de não aderir, porquê? Porque não era tratada nenhuma reserva, ou seja, não era apontada, além destas, destas captações, nenhuma fonte de reserva. E o que defendia a Câmara de Borba e a Câmara de Estremoz era que fosse criado, em termos de águas de superfície, que fosse criada a barragem de Veiros que permitia também trazer água a Borba e a Estremoz e isto não foi contemplado neste estudo. A empresa não quis contemplar porque era um grande investimento. E para dizer também ao Jerónimo que colocou isto, que por isso é que isto levou e arrastou tanto tempo, porque houve propostas das Câmaras que não foram recolhidas neste processo. Eu não ponho em causa a capacidade técnica da empresa que elaborou o estudo, até acho que o estudo está muito elaborado e que não esconde ali nada, diz tudo, e aquilo que era para ser assumido eles assumiram, aquilo que não era para assumir disseram logo que não assumiam. O que é que conta? Vão buscar a água à oito (8) captações que existem em Borba, nos dois (2) furos, nos dois furos que estão lá em cima nem precisam de investir em bombas porque as bombas que lá estão agora já servem para aquilo que era preciso neste fornecimento de água, vão vender a água até à entrada daquele reservatório e depois vão levar a água também ao reservatório da Orada e ao reservatório do Alto dos Bachelos. Depois, todo o outro percurso que nós considerámos em alta e que pedimos que fosse também incluído, que seria a ligação entre o reservatório do Alto dos Bachelos, o reservatório da Ribeira e o reservatório da Nora, não foram contemplados, esses não foram contemplados e isso passa a ser em baixa, é da responsabilidade da Câmara. Depois, outra questão que era importante e que também não foi considerada, e que nós colocámos sempre, esta questão da ligação entre a Orada e Borba esteve sempre desde o início, a ligação do depósito de Borba ao depósito do Alto dos Bachelos também nunca foi posta em causa, até porque só assim é que o sistema poderia funcionar. A dificuldade que havia era como fazer a ligação com a Orada, uma vez que, a partir da conduta principal foram retirados vários ramais para abastecer a Alcarviça e alguns montes que andam ali à roda da estrada e por isso aquilo que vai ser feito o investimento desta empresa, vai ser sim, substituir essa conduta desde o reservatório da vila até ao reservatório da Orada. Depois, o que é que nós propunhamos mais? E se forem ver os estudos estão lá. Para resolver alguns problemas de pressão, e isto passou por um estudo da Câmara de Borba, era criar um outro reservatório no Alto de Chora. Também não foi aceite porque trazia mais investimentos e, em função do número de habitantes e mais não sei quantos, encarecia mais o estudo, não foi aceite. Era mais uma reivindicação. Depois, posto isto, e dizer isto também, foram retiradas algumas propostas,

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Serra Silva, atingiu os quatro minutos.

O Vereador Serra Silva: Senhor Presidente, eu penso que, se aquilo que eu estou a dizer não for importante para esta Assembleia,

O Senhor Presidente da Assembleia: As regras foram estabelecidas de princípio. Faz favor...

O Membro Luís do Nascimento: Senhor Presidente, eu penso que há aqui um equívoco muito grande. É que o regimento da Assembleia Municipal não prevê a limitação, de facto, da intervenção quer dos deputados quer dos vereadores presentes na Câmara. E penso, eu leio o artigo décimo quarto (14º) que diz: Duração das sessões: As sessões da Assembleia Municipal não podem exceder a duração de cinco (5) dias e um (1) dia consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia delibere o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas. Não foi nada deliberado aqui nesta Assembleia em relação a isso, no regimento não refere nada em relação à limitação de tempo de intervenção quer dos seus membros, portanto, acho que é extemporâneo, de facto, e abusiva a intervenção do Senhor Presidente. Por outro lado, acho que a intervenção que o Senhor Vereador Serra está a fazer é extremamente importante, é muito esclarecedora para toda esta problemática, quer para nós,

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor doutor Nascimento, recorde-lhe que não foi autorizado a falar e que está a utilizar a sua palavra em prejuízo dos outros membros da Assembleia. Não vê que o regimento também não diz o contrário e nós assentámos todos, e ninguém se opôs, a que se falasse dois minutos nesta segunda ronda das intervenções? Eu ao Vereador Serra já estou a ceder os dois minutos a que tem direito, mais os dois minutos cedidos pelo senhor Moura Lopes.

O Membro Luís do Nascimento : Ninguém assentou em dois minutos, Senhor Presidente,

O Senhor Presidente da Assembleia: E, portanto, já são quatro minutos.

O Membro Luís do Nascimento: Ninguém assentou em dois minutos. O Senhor, Senhor Presidente, de uma forma autoritária, é que disse que dava dois minutos a cada membro que estava inscrito para falar.

O Senhor Presidente da Assembleia: É, eu sou muito autoritário.

O Membro Luís do Nascimento: A mim cortou-me a palavra, cortou a outros membros de outras forças políticas,

O Senhor Presidente da Assembleia: Sim. Ficou assente mais atrás que eram dois minutos de intervenção para cada membro nesta última ronda de intervenções e ninguém se opôs.

O Membro Luís do Nascimento: Ninguém se, de facto, manifestou mas, o que refere o regimento é isto. Nós estávamos aqui com interesse na intervenção do senhor Vereador Serra, que era extremamente importante e esclarecedora.

O Membro Carlos Cabral : Era para solicitar ao Senhor Presidente que permitisse que o Senhor Vereador Serra tivesse mais dois (2) ou três (3) minutos para, pelo menos, acabar o seu raciocínio que me parece importante, porque é um histórico anterior que eu, nós, neste caso eu, acharia importante conhecer. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia: Quando fui interrompido pelo Dr. Nascimento, estava a dizer ao senhor Vereador Serra: "faz favor..." Concluo: faz favor de ser breve na resposta às solicitações apresentadas. A Mesa concede ao vereador Serra mais três minutos. Faz favor.

O Vereador Serra Silva : Muito agradeço mais estes três minutos que penso que serão importantes para procurar continuar o raciocínio se não me perder. Pronto, como estão a ver, a Câmara de Borba esteve sempre neste processo há mais de quatro anos e sempre a procurar melhores condições, quer em alta quer para resolver os problemas em baixa. Uma das grandes atitudes nossas contra este sistema é que este sistema não resolve, tal como aqui está, não resolve problemas nenhuns em baixa e poderá agravá-los. Poderá agravá-los da seguinte forma, e eu vou dizer isto rapidamente, se forem injectadas nas condutas da vila e nas condutas que vão para o Barro Branco e para Orada maior pressão da água vai levar a maiores rupturas. As rupturas já são da responsabilidade da Câmara, por isso é preciso haver aqui algum controle e é preciso perceber o que se está a fazer. O Senhor Presidente diz que tem um acordo da empresa de que vão elevar o depósito, o depósito de Borba, mas não está escrito neste protocolo, é um acordo, é um

acordo igual àquele que as Câmaras fizeram com a EDP que dizia que não fechava mais nenhuma instalação e assim que assinámos os protocolos com a EDP fecharam logo Estremoz. É dessas coisas assim. Por isso eu acho que o Senhor Presidente deve fazer todo o esforço para que isso fique, efectivamente, escrito neste protocolo, que se comprometem a aumentar a altitude daquele reservatório ou a fazer um reservatório que resolva problemas de pressão, porque aquilo que lá está não vai resolver. Depois é outra questão que é importante sobre, sobre os tarifários e respondendo ao Jerónimo, os tarifários a praticar à população é a Câmara que depois os tem que definir, por isso quando perguntas qual é a tarifa máxima, isso depois a Câmara vai ter que a definir. O que aquela empresa vai vender, e vende todos os metros ao mesmo preço, desde o primeiro até ao último, são todos ao mesmo preço e a Câmara fica obrigada a comprar um caudal mínimo de água todos os anos. Gaste que não gaste. Se gastar mais, são feitas as contas no final do ano e a Câmara volta a pagar aquilo que gastou mais. Se pagar menos, não recebe nada daquilo, se gastar menos não recebe nada porque é assim que a empresa trabalha. O caudal mínimo tem de ser garantido, e por isso é que dá estes valores. Se a Câmara começar a gastar mais, começa a pagar mais e, e aquilo que se prevê é que possa haver aumentos de consumo, porquê? Porque neste momento as perdas na rede não estão contabilizadas nos números que foram dados pela Câmara Municipal, os espaços verdes e parques e jardins não têm contador, ninguém sabe quanto é que lá se gastava. Portanto, há aqui uma série de elementos que vão encarecer esta proposta. E isso leva a que todos os preços vão ter de se reflectir, efectivamente, nos consumidores. E ia dizer que todo este equipamento que a Câmara tem neste momento será posto à disposição desta empresa, os furos, os furos e as condutas e as ETAR's existentes. Boas ou más, são postas à disposição desta empresa. Podem ser por duas modalidades, ou são arrendadas ou são para satisfazer o capital que a Câmara precisa de subscrever na empresa e que são cinco por cento (5%), que é igual ao da EDIA. Por isso a EDIA não tem um por cento (1%), tem cinco por cento (5%). Depois, se for arrendado, as rendas de todo este património da Câmara podem ser rendas de duzentos (200), a trezentos (300), a quinhentos (500), a seiscentos (600) contos no máximo por ano, por ano, o arrendamento de tudo o que temos. Por outro lado, há aí uma medida muito grave, principalmente para Rio de Moinhos, que se prende com as queijarias existentes. Eu chamo a atenção dos membros desta Assembleia para analisarem essa parte, porque aquilo que se lá diz é que o que eles vão tratar é os esgotos domésticos. Os esgotos industriais vão ver caso a caso com todos aqueles industriais que lá estão, se têm condições ou não de cumprir parâmetros. É uma situação que eu chamo muita atenção porque ela pode ser muito grave de resolver. Pronto, dizer que, tal como está aqui neste estudo, que eu acho que é um estudo extremamente importante e que nenhum membro desta Assembleia deveria votar esta proposta sem analisar aquele estudo, eu estou disponível, se alguns membros da Assembleia quiserem, para analisar e para dar alguns explicações sobre alguns conceitos que ali possam estar, estou disponível, e penso que isto não é uma questão partidária, por isso o Senhor Secretário, o Augusto Guégués, falou ali que o Redondo está neste sistema, está, entende que será o melhor para o Redondo, mas por ser o melhor para o Redondo não quer dizer que seja o melhor para os outros municípios, é preciso analisar caso a caso quem é que está ali. Lembrem-se de uma coisa, o Redondo, tal como o Alandroal, tal como Reguengos, tal como Évora, a fonte principal de abastecimento são águas de superfície, cujos tratamentos são extremamente caros porque têm de ser por processos de ozono e a ETA que é proposta para Borba é uma estação de coloragem e pouco mais.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Presidente da Câmara, faz favor

O Senhor Presidente da Câmara : Bom, eu comecei por dizer que este assunto não é um assunto pacífico, não é mas, naturalmente que é ponto assente que Borba isolada não pode estar. Duas alternativas restam, sistema inter-municipal, sistema multi-municipal. Se for preciso eu repito outra vez as tarifas, mas entre umas e outras a diferença não é significativa. A única diferença é que no sistema multi-municipal a Águas de Portugal, que é quem investe, que é quem vai buscar o dinheiro ao banco e tem garantias bancárias para investir, naturalmente que tem a maioria do capital e é quem manda. Obviamente no Sistema inter-municipal são as Câmaras. Têm dinheiro? Têm financiamento? A empresa inter-municipal, consegue ser suportada pelas Câmaras Municipais? O que é que está a acontecer noutras situações? Na minha opinião, admito que haja outras soluções. O sistema multi-municipal é melhor, até porque temos que ter em conta a qualidade da água e ouve-se falar muito na qualidade da água. Naturalmente, que em Borba há a situação dos jardins, não se conhecem os consumos. Nós temos estado a tomar algumas

medidas no sentido de que os jardins e tudo aquilo que gasta água, nos moldes em que o Vereador Serra referiu há um bocadinho, passem a ser abastecidos por outras fontes que não água tratada, quer dizer, não se justifica neste momento, já não se justifica que seja dos reservatórios de água, da água que nós bebemos, que sejam regados os jardins. O ideal era haver uma rede dupla, mas isso também não é fácil. Por outro lado, fala-se muito em água, esquecem-se dos esgotos, os esgotos são um problema muito mais complicado do que a água. E, sobre a questão das queijarias, neste momento a empresa do Norte Alentejano já está à disposição para vir resolver o problema das queijarias. Agora, a questão da poluição das queijarias tem que ver com o princípio de que quem polui é que tem que tratar os resíduos, isso é claro. E aqui na Assembleia, quando eu era presidente da Assembleia, há uns anos atrás eu propus que fizessem uma ETAR para tratar as queijarias, acharam que eu era maluco. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia: Portanto, estão feitas todas as intervenções.

O Senhor Presidente da Câmara : Senhor Presidente, desculpe, é que foi distribuído o documento, aquele a que se referiam anteriormente, cujo rosto é igual, tem apenas a diferença de uma página. Foi distribuído a todos os eleitos.

O Senhor Presidente da Assembleia: Eu também recebi. Portanto, quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz o favor de baixar. Quem vota contra a proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. *Portanto, a proposta está aprovada por treze (13) votos a favor, quatro (4) contra e uma (1) abstenção.* O senhor Engenheiro Carlos Cabral quer apresentar uma declaração de voto. Faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Declaração de voto. A bancada do Partido Socialista vota a favor da entrada da Câmara Municipal de Borba na sociedade concessionária de exploração e gestão do sistema multi-municipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro-Alentejo por, face aos elementos disponíveis, achar ser a melhor solução para a resolução dos problemas existentes. Face à complexidade da questão, recomenda-se ao executivo municipal a organização, no mais curto espaço de tempo possível, de uma sessão pública aberta a toda a população em que, com recurso a técnicos, se possa explicitar o projecto, suas vantagens e/ou inconvenientes e as soluções planeadas para a resolução dos problemas existentes na actualidade (anexo 10).

(Após a votação foi apresentado pelos membros Filipa Almeida, Moura Lopes, Luís do Nascimento e Jacinto Mouquinho um protesto (anexo 11).

PONTO TRÊS PONTOS DOIS: Lançamento de derrama para o ano 2003:

O Senhor Presidente da Assembleia: Vamos passar ao ponto 3.2 da ordem do dia: Lançamento de derrama para o ano de 2003. Diogo Sapatinha, faz favor

O Membro Diogo Sapatinha : Boa noite a todos os presentes, é a primeira vez que falo hoje, só duas pequenas coisas. A primeira é fazer um reparo, é que antigamente, na outra Câmara, quando nos aparecia a derrama, diziam-nos sempre que era para arranjos nas escolas primárias o que, efectivamente, depois não acontecia, mas pronto. Agora aqui diz-se descaradamente que é para reforçar a capacidade financeira da autarquia. Eu gostava era de saber em quanto é que isto reforça ou costuma reforçar porque, evidentemente, isto está dependente do IRC cobrado, que penso que no Concelho de Borba não será muito porque há empresas com sede fora, há muita fuga ao fisco e este ano, como se sabe, também estamos num ano de recessão, portanto, é capaz de não ser grande coisa o IRC cobrado, mas eu gostava de saber qual é o valor que a Câmara costuma cobrar nesta derrama.

O Senhor Presidente da Câmara: Senhor Presidente, se me permite,

O Senhor Presidente da Assembleia: Um momento só. Está inscrito o Senhor Doutor Rui Bacalhau.

O Membro Rui Bacalhau : Bom, quanto ao lançamento da derrama para o próximo ano, gostava de

colocar algumas questões ao executivo e ao mesmo tempo também fazer alguns considerandos. Sei da dificuldade financeira que a Câmara Municipal está a atravessar, sei de que qualquer euro é benéfico para a Câmara, mas tínhamos orçamentados para este exercício setenta e três mil e trezentos (73.300) euros. Gostava de colocar a questão de qual é o valor executado até à data e aquilo que se prevê, com todas as revisões, até ao fim do exercício. Portanto, em função disso, a minha opinião e o meu sentido de voto está dependente. Não era a estratégia desta Câmara continuar com as derramas mas sim de um desenvolvimento sustentado para a nossa terra. Parte desse desenvolvimento sustentado tem que ser obtido com algum poder de atracção para os empresários de outros concelhos, de outras zonas, virem investir em Borba. A derrama, ao não ser cobrada, se não tiver grande peso nas receitas da Câmara, penso que terá um efeito psicológico nesses empresários mais benéfico do que, efectivamente, o valor que está aqui em causa.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Presidente, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara: Se me permitem, já agora, muito obrigado. Bom, em relação àquilo que o Diogo Sapatinha dizia, de se escrever descaradamente que é para o reforço da autarquia, diz-se descaradamente agora porque a lei agora o permite. Eu penso que dantes era uma forma de contornar a lei, portanto, e neste momento a lei permite que se diga que a derrama é para o reforço financeiro da autarquia e, portanto, aí está. Porque nós não gostamos de enganar ninguém e, portanto, se, efectivamente, vai ser para reforço, o reforço financeiro, é para reforço financeiro que aí vem escrito, não vamos dizer que é para outra coisa. Naturalmente que há-de ir parar algum às escolas, até porque está prevista alguma intervenção. Relativamente a essa questão da derrama, existência de derrama ou não existência de derrama, aquilo que referia há um bocado o Rui Bacalhau, também houve aqui alguma discussão entre nós no sentido de se lançar ou não lançar este ano. Até porque achámos que poderia ser uma forma de atrair, mas atrair o quê e para onde se, neste momento, não há terrenos? Ou seja, é nossa intenção ou reduzir a taxa ou, mesmo, acabar quando criarmos um incentivo para a atracção de empresas. Refiro ainda que a receita foi de cerca de doze mil e quinhentos (12.500) contos, portanto, mais ou menos sessenta mil (60.000) euros, o que é uma verba significativa para o orçamento da Câmara e que permite fazer algum investimento. Portanto, decidimos apresentar essa proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia: Ivone, faz favor

O Membro Ivone Espiguiha : Vou manter a minha posição de há quatro (4) anos a esta parte, ou seja, votar contra. A derrama é um imposto, poderão achar que é pouco, não é quase nada para uma empresa pagar, mas atenção, a Câmara de Borba quer atrair os investimentos em Borba, mas a derrama mantém-se e os terrenos aumentaram muito de preço. Há muita coisa a aumentar para que essa fixação aconteça.

O Senhor Presidente da Assembleia: Mais ninguém está interessado em falar? vamos passar à votação. Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? portanto, a proposta está aprovada por treze (13) votos a favor, um voto (1) contra, quatro (4) abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia: Vai apresentar declaração de voto? Faz favor

O Membro Rui Bacalhau : Tendo em conta aquilo que é a estratégia desta Câmara e aquilo que se prevê que seja a estratégia, efectivamente, desta Câmara, consideramos eu, e o membro Jerónimo Cavaco que não é em termos de doze mil e quinhentos (12.500) contos que a Câmara resolve os seus problemas financeiros e que, efectivamente, não concordamos com o valor da taxa ou da derrama instituída, daí o facto de nos abstermos, porque temos praticamente a garantia do Senhor Presidente da Câmara que, no futuro, este executivo irá, com certeza, rever esta taxa, senão mesmo aboli-la, como, efectivamente, referiu, daí o nosso sentido de voto ter sido a abstenção (anexo 12).

PONTO TRÊS PONTOS TRÊS: Contribuição Autárquica:

O Senhor Presidente da Assembleia: Vamos passar ao ponto 3.3: Contribuição autárquica. Quem se quiser

inscrever, faz favor. Paixão, faz favor.

O Membro António Paixão : Senhor Presidente, eu é só para abrir aqui alguma reflexão sobre estas situações, embora eu compreenda algumas posições que devemos atrair de facto empresas com a anulação da derrama, eu também ponho a questão de outra forma, e não teremos também de atrair residentes para o Concelho? Então vamos fazer pagar os jovens, os terrenos que compraram.

O Senhor Presidente da Assembleia: Mas estamos na contribuição autárquica.

O Membro António Paixão : Sim, eu sei, mas aos ricos, às empresas, defendemos que não devem pagar a derrama. De maneira que, é só uma reflexozinha aqui.

O Senhor Presidente da Assembleia: Obrigado. Mais alguém quer falar? Jerónimo, faz favor.

O Membro Jerónimo Cavaco : É claro, permita-me, que estamos a falar, na minha opinião, de realidades que penso que são completamente diferentes. Quando, quando fala em termos habitacionais, nós, para as pessoas que, à partida, poderão ter menos hipóteses, a Câmara tem ao seu dispor mecanismos e também planos que permitem subsidiar e, muitas vezes em termos de habitação social, permitir amenizar essas ditas, digamos, diferenças que possam existir. Também a nível dos jovens que é, efectivamente, aquilo que me toca directamente, parece que este executivo, e o anterior provavelmente também teria isso em mente, tem ideia de permitir aos jovens que possam vir a adquirir ou moradias ou lotes de terreno que lhe permitam, efectivamente, ter condições diferentes. Naquilo que respeita à derrama, numa altura em que, efectivamente, o Concelho de Borba é carente ou está, efectivamente, carenciado de investimento, criação de postos de trabalho, não é um concelho atractivo para se morar se, efectivamente, não se tiver indústria onde se possa trabalhar e onde se possa ganhar aquilo que todos nós levamos para casa ao final do mês e que é o nosso salário. Eu penso que nós temos que começar por algum lado e se não começarmos, efectivamente, por aquilo que me parece fundamental para o Concelho, para poder crescer e para se poder desenvolver e que é a criação de postos de trabalho e a criação de indústria, não vale a pena estarmos a construir lotes habitacionais porque, provavelmente, não teremos ninguém para os habitar.

O Senhor Presidente da Assembleia: Ivone Espiguinha, faz favor.

O Membro Ivone Espiguinha : Em relação à situação que o Paixão há um bocado disse, isso é só para haver uma correcção, você ligou empresas a ricos, isso, quanto a mim, não funciona assim. Em relação à contribuição autárquica, eu julgo que há um mínimo que é zero vírgula sete (0,7) e um máximo que é um vírgula três (1,3). Nós metemos a fasquia ao meio, um por cento (1%). O problema que reside em relação à contribuição autárquica é muito grave, nem governo nem ninguém ainda teve coragem de lhe mexer, que são as casas mais antigas, com valor muito reduzido e, automaticamente, com imposto quase nulo e, no entanto, essas casas têm um valor, um bom valor e aí sim, iam pagar uma contribuição autárquica mais justa e aqueles que adquirem agora casas novas, por sua vez, também teriam uma contribuição mais justa. O problema reside aí principalmente.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Presidente, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara: Eu queria apenas referir aqui o facto que a Ivone abordou agora mesmo, é que, contrariamente àquilo que se vinha fazendo até aqui, foi intenção deste executivo, sabendo nós que há problemas, que há problemas desses, a esse nível, em relação ao valor patrimonial, este executivo, contrariamente àquilo que se vinha fazendo até aqui, procurou reduzir para um por cento (1%). Aliás já o ano passado foi por imposição da Assembleia, mas este ano nós achámos que não devia ser a Assembleia a impor e fomos nós, exactamente, que fizemos essa proposta. Portanto, achámos que entre zero vírgula sete (0,7) e um vírgula três (1,3), um (1) não ficava muito mal. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia: Portanto, terminaram as intervenções, vamos votar a proposta apresentada pela Câmara. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Façam favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTOS QUATRO: Proposta de Sócio - Cevalor:

O senhor Presidente da Assembleia: Vamos passar ao ponto 3.4: Proposta de sócio CEVALOR. Portanto, o Município de Borba propõe-se aderir como associado ao CEVALOR. Alguém se quer inscrever sobre este assunto?

O Senhor Presidente da Câmara: Recebemos uma proposta da CEVALOR no sentido de que o município de Borba, não só porque é o município que corresponde à sede social desse centro tecnológico, fosse associado. Depois achámos também que tem havido até agora, uma colaboração muito estreita entre esse centro tecnológico e a Câmara Municipal, sobretudo ao nível de material cartográfico, ao nível até mesmo técnico e, portanto, achámos que poderia, o facto de irmos a ser sócios, aproximar ainda mais a nossa autarquia desse centro tecnológico e daí a nossa proposta de adesão.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Maria Filipa Almeida : Aleluia, porque durante muitos anos a Câmara de Borba propôs ser sócia do CEVALOR e o CEVALOR nunca aceitou. Ainda bem, ainda bem que agora esta proposta aqui vem, naturalmente vou votar a favor, mas gostaria, Senhor Presidente da Câmara, mais uma vez, de pedir uma coisa, não nos mandem só isto: Proposta de sócio CEVALOR. Rigorosamente mais nada, a não ser dizer que a Câmara aprovou, mais nada. Em que condições, que vantagens é que a Câmara tem, o Senhor Presidente deu agora, se calhar, as informações que tem, se calhar, são só aquelas que tem, mas,

O Senhor Presidente da Câmara: Tenho mais.

O Membro Maria Filipa Almeida: Mas não temos, a Assembleia, os membros da Assembleia Municipal não sabem, vêm para esta Assembleia sem saber, vamos ser sócios da CEVALOR, sabemos o que é o CEVALOR, não sabemos mais nada das vantagens para o Município.

O Senhor Presidente da Assembleia: António Anselmo, faz favor.

O Membro António Anselmo: Boa noite. Vamos lá a ver, a intenção é, exactamente, aquilo que disse a Filipa. Em primeiro lugar qual o valor e em segundo lugar qual é a intenção? O CEVALOR é uma coisa que tem um Conselho de Administração, tem muita importância, na minha opinião pessoal, para o Concelho de Borba, provavelmente, muito mal aproveitado pelo Concelho de Borba e pergunto, a intenção da Câmara é o quê? é tentar controlar, tentar dirigir ou ser sócio por ser sócio? É só isso.

O Senhor Presidente da Assembleia: Mais alguém quer falar sobre este assunto? Faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara: Nós para dirigir já temos, já temos aqui muito que dirigir, portanto, e controlar muito menos, o nosso objectivo é apenas de colaborar e tem havido colaboração estreita, portanto, digamos que isto no fundo acaba por ser uma forma até de legalizar mais a colaboração que tem havido. O valor é à volta de trezentos (300) contos, portanto, não é, de jóia de entrada, e não tem valor muito significativo, mas de qualquer maneira tenho que reconhecer que, de facto, desta vez houve aqui alguns lapsos que vou ter que apurar, ver o que é que se passou.

O Senhor Presidente da Assembleia: Mais alguém quer intervir? Vamos passar à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTOS CINCO: Fixação do limite para execução de Obras por Administração Directa:

O Senhor Presidente da Assembleia: Vamos passar ao ponto 3.5: Fixação do limite para execução de obras por administração directa. A Câmara propõe que se fixe em setecentos e cinquenta mil (750.000) euros o valor limite para a execução de obras para administração directa. O Senhor Presidente da Câmara quer fazer uma intervenção inicial?

O Senhor Presidente da Câmara: Sim senhor. Bom, a intervenção é curta. Como sabem nós temos, temos equipamentos, temos formas de resolver algumas obras por administração directa e, independentemente de até termos o benefício de constituir uma Assembleia maioritária, acontece que, por vezes é necessário apresentarem-se projectos com alguma urgência e que, por vezes, não se compadecem com o período de realização das Assembleias Municipais. Portanto, o meu objectivo é apenas esse, sempre que possível poder apresentar, podermos apresentar algumas obras que ascendam a esse valor sem ter que pedir autorização específica à Assembleia Municipal. Portanto, não tem nada de especial.

O Senhor Presidente da Assembleia: Ivone, faz favor.

O Membro Ivone Espiguinha : Senhor Presidente diga-me uma coisa, o valor estipulado por lei é cem mil (100.000) euros?

O Senhor Presidente da Câmara: É trinta mil (30.000) contos.

O Membro Ivone Espiguinha: São trinta mil (30.000)? Cento e cinquenta mil (150.000) euros.

O Senhor Presidente da Câmara: Cento e cinquenta.

Membro Ivone Espiguinha: Desculpe aquilo que lhe vou dizer, mas é assim, a memória é muito curta, tem de ser, desculpe lá. Sabe porquê?

O Senhor Presidente da Câmara: Sei, sei.

O Membro Ivone Espiguinha: E como tal eu vou votar contra. Por um motivo, sempre considerei e continuo a achar que as Câmaras não têm que ser empresas. Para fazer obras há as empresas que terão que ser responsáveis por elas.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Maria Filipa de Almeida : Palmas para as primeiras palavras da Ivone. Eu vou ler,

O Membro Ivone Espiguinha: (Imperceptível por estar fora do alcance do microfone).

O Membro Maria Filipa de Almeida: Ora nunca se sabe. Mas põem-nos numa ponta, uma numa ponta e a outra na outra. Eu vou, eu vou ler algumas, pouquinhas, linhas duma acta da Assembleia Municipal de Borba de que era presidente o senhor Doutor Angelo de Sá e que, a certa altura diz assim, ele não está aqui, mas deve estar a ouvir e vocês ouvem.

O Senhor Presidente da Câmara:: Estou aqui, estou aqui.

O Membro Maria Filipa de Almeida: Não, não, não é, não é o Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:: Ah.

O Membro Maria Filipa de Almeida: Assim, dada a palavra ao Vereador Senhor Mário de Deus, disse ter sido dele o voto contra e que esta proposta da Câmara, que era a proposta de fazer obras por administração directa, e a proposta da Câmara era até cem mil (100.000) contos, disse ele que esta proposta da Câmara é o mesmo que se estar a passar uma autorização à Câmara para até cem mil (100.000) contos fazer as obras como bem entender, ou seja, passar um cheque em branco. Não se deve autorizar e pede-se à Câmara que, obra a obra, venha falar com esta Assembleia, apresentando-lhe a obra e um cronograma em que diga, minimamente, o que está a pensar fazer, no tempo, àquela obra, que diga o que vai gastar em termos gerais e assim meter todos os eleitos da Assembleia Municipal na discussão que tem a certeza ser benéfico para Borba. Solicitou assim, a todos os eleitos com assento na Assembleia Municipal e de todas as forças políticas, que votem contra a proposta da Câmara. E depois da discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Angelo de Sá, disse parecer-lhe ser esta uma questão

muito delicada e que deveria haver uma reflexão mais profunda sobre este ponto e que também tinha muitas dúvidas, atendendo a que a lei só se refere a vinte mil (20.000) contos. Assim, não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia pôs este ponto à votação, tendo sido rejeitada a proposta da Câmara com nove (9) votos a favor e nove (9) votos contra e depois utilizado o voto de qualidade pelo Senhor Presidente da Assembleia, com base no ponto nº1 do artigo 26º do CPA. Como diz a Ivone, a memória dos homens é mesmo muito curta, mas como nós somos coerentes politicamente, a CDU vota a favor da proposta porque considera que a administração directa é uma boa medida para as autarquias.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutor Jerónimo, faz favor.

O Membro Jerónimo Cavaco : Eu, eu não fazia parte da anterior Assembleia, mas, por acaso, recordo-me de ter estado no público e de ter, efectivamente, assistido àquilo que a Doutora Filipa acabou de referir. Mas também permite-me, permita-me que lhe diga, Doutora Filipa, que não me recordo e os senhores, provavelmente, e esta é a minha opinião muito pessoal, na minha opinião, optaram pelo pior caminho depois daquilo que esta Assembleia decidiu. É que, pura e simplesmente, deixaram de apresentar obras à Assembleia e não fizeram mais nenhuma. E, de facto, aquilo que eu queria dizer e estava à espera que esta intervenção surgisse, não sabia se seria da sua parte se seria de outra parte, mas em todo o caso eu estava à espera que ela surgisse e aquilo que eu queria dizer é que, já que a Câmara Municipal de Borba ou que as Câmaras Municipais, têm, efectivamente, os meios, têm a possibilidade de solicitar às Assembleias Municipais e têm ao seu dispor massa humana e massa técnica, se assim quiserem, para realizar as obras, que o devem fazer de facto, as obras não devem ser só para as empresas e, permita-me Ivone, eu entendo precisamente o contrário daquilo que referiu. Eu acho que as autarquias devem, cada vez mais, ser geridas com rigor e como empresas, como sendo empresas, porque nas empresas aquilo que acontece, quando um gestor falha é que ele é despedido. Provavelmente, havia mandatos que não passariam do primeiro ano se, efectivamente, as coisas fossem assim, em todo o caso não foi isso que tem acontecido. Não sei se será aquilo que irá acontecer, mas, se calhar, até era bom que assim fosse.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutor Mário de Deus.

O Membro Mário de Deus : Tudo era mesmo propênsico à reflexão filosófica e a gente fazer aqui uma série de considerações. Não as vou fazer, não é nada disso, obviamente, encontrei-me com o Sá há bocado a beber um café e piscámos um olho um ao outro, piscámos o olho e eu disse assim: Quem é que, a nossa questão, a nossa questão era saber quem é que ia levantar esta dúvida. Era uma questão metodológica, será o Cardoso, será o Serra, será o Proença? Não nos passava pela cabeça que fosse a Filipa, ficámos a perder, mas, de facto, foi a Filipa. Objectivamente, como diz o meu amigo Carlos Cabral, o direito à incoerência é um direito inalienável, os homens não têm de ser coerentes, os homens não têm de morrer, os homens não têm de morrer a dizer que o preto é preto ou que o preto é branco se ele for, se ele for castanho. Mas, independentemente disso, piscámos o olho um para o outro e dissemos: Vamos lá, vamos lá a realçar aqui todos os argumentos, minimamente objectivos que justifiquem a nossa votação, tu que a apresentas e eu que a vote. O primeiro argumento, esta Câmara só está há nove (9) meses, cerca de nove meses no exercício do poder, tem uma relação com os departamentos todos de planeamento e planificação que a outra Câmara não tinha. Esta Câmara tem um, e é, é obvio isto, o Vereador Serra ri-se, também fica simpático a rir, o senhor Sá está sempre a rir, o Vereador Serra também fica simpático a rir, agora eu não tenho que rir, isto são argumentos objectivos. Esta Câmara tem o poder de argumentar junto da CCR, junto da dona Margarida Cancela de Abreu, junto do Ambiente que a outra Câmara não teve. O que é que isto quer dizer? Que a qualquer hora esta Câmara desenrola um processo qualquer e a qualquer hora vai precisar desta autorização para bem do Concelho, porque vai agilizar a candidatura a algum projecto que possa, eventualmente, aparecer. O Moura Lopes também se ri com alguma piada, mas isto são argumentos objectivos e está aqui muita gente no público que esteve aqui naquela reunião, isto é um argumento objectivo. A anterior Câmara não conseguia falar com a CCR.

O Senhor Presidente da Assembleia: Mário Deus, já agora agradecia que falasse para a Mesa.

O Membro Mário de Deus : Pronto, não consegui desbloquear, eu vou dar um exemplo, não consegui desbloquear a questão da Parreira. A Parreira nunca foi considerado agregado populacional e isso tudo

impediu aquela obra. Esta Câmara já conseguiu fazer isso. Eu sou testemunha do que esta Câmara tem conseguido, e referi a Doutora Margarida Cancela de Abreu porque me parece, porque me parece, doutora Filipa ajudar-me-á, porque me parece acima de qualquer suspeita de filiação partidária do nosso lado, portanto, penso que é um caso. Refiro o IPAR, refiro o Ambiente, esta Câmara tem, de facto, outro relacionamento que não tinha a anterior. Esta é a primeira razão. Isto vai abrir perspectivas de mais rapidamente aparecerem candidaturas, agilizar procedimentos, dar a volta a situações que, com certeza, se vão reverter a favor do Concelho. Mas tenho uma segunda que também a vou dizer, é que aqui não vejo gastar, até ao contrário, sou eu até que já vou brigando com o Senhor Presidente, vejo daqui da parte deste executivo uma política de rigor financeiro, não vejo assessores, não vejo chefes de gabinete, não vejo portagens para cá, portagens para lá, não vejo abuso de carros. Vejo aqui, até eu já digo ao Senhor Presidente, vejo aqui um rigor orçamental que já me vai incomodando. Eu acho que ele devia ser menos rigoroso a gastar o dinheiro e, se calhar, arriscar mais e ser capaz de fazer mais coisas, preocupando-se menos com os tostões. Obviamente que é ele que cá está, é ele que decidirá a sua actuação. Agora, o ver da parte desta Câmara o rigor orçamental acima de qualquer suspeita deixa-me descansado, obviamente não tinha o mesmo descanso no anterior executivo. Estas são as duas razões objectivas que me levam a mim, agora, a votar a favor desta proposta da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Maria Filipa Almeida : Eu não sei por que é que, eu não sei como é que isto vai ficar depois na acta, o que eu vou dizer, mas eu não sei por que é que o responsável do programa "Malucos do Riso" tem repetido episódios, porque se viessem a Borba acho que encontravam cada anedota que, que não precisavam de repetir nenhum episódio. Mas há aqui uma coisa que não servia de anedota e que é muito grave e que o Mário disse, é que esta Câmara tem um relacionamento privilegiado com o poder. Ó Ivone, é melhor o governo PSD tomar algumas medidas porque parece que, que isto continua aqui um privilégio que é para Borba, para o Alandroal, para Évora, porque, por exemplo, há muitos poucos dias, há muito poucos dias não, há pouco tempo, não foi há poucos dias mas, há pouco tempo, já neste mandato, o Partido Socialista em Estremoz teve o mesmo voto contra a proposta da Câmara para fazer obras por administração directa que teve aqui no anterior mandato. Portanto, em Estremoz também não é importante para o desenvolvimento. O Partido Socialista tem um posicionamento na oposição, em relação a assuntos tão sérios como este e tem outro posicionamento no poder. Enfim, a incongruência, enfim, as mudanças de opinião ficam com quem as pratica. O senhor engenheiro Carlos Cabral já disse aqui uma vez, noutra Assembleia, que tem o direito de ser incongruente, que tem o direito de pensar hoje uma coisa e amanhã outra. Todos temos o direito de pensar isso, todos temos o direito de mudar de opinião, mas há muito pouco tempo, e apesar da memória ser curta, as pessoas não se esquecem com tanta facilidade destas mudanças de opinião.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Luís Nascimento, faz favor.

O Membro Luís do Nascimento : Muito rapidamente. Penso que o Mário Deus vem poucas vezes à Câmara e pedia ao Vereador Serra que, de facto, referisse algumas questões relacionadas com o tratamento da Câmara anterior e desta Câmara com os gabinetes e com as CCR's etc.

O Membro Ivone Espiguinha : A Doutora Filipa, posso?

O Senhor Presidente da Assembleia: Faz favor, Ivone

O Membro Ivone Espiguinha: Estava a dizer que nesse caso o PSD tem um bom entendimento com o PS na autarquia. Sabe uma coisa, eu acho correcto, se for para bem de todos os municípios de Borba, mas também me recordo que a própria CDU chegou a dizer, nestas Assembleias, que tinha sido muito mais fácil ser poder autárquico com o PSD do que com o PS. Isso leva a crer que afinal quem deve estar no poder é o PSD. Quer a CDU quer o PS dão-se bem com ele.

O Senhor Presidente da Assembleia: Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Palavras breves para agradecer à Doutora Filipa a citação, mas para lhe pedir o favor de quando me citar, citar correctamente. Nunca falei na palavra incongruência e o que falei, e falo sempre, foi numa resposta sobre o valor da coerência. É que acho que a coerência não é um grande valor. Logo esta citação é porque os coerentes, e cheguei a dizer, está numa acta, os coerente, coerentes que têm isso como valor são pessoas humanamente muito más e dei até exemplos. De incongruência não, não falo, não, não é uma palavra que use. Citação correcta, embora agradecendo sempre que façam citações da minha pessoa, o que só me enobrece.

O Senhor Presidente da Assembleia: O senhor Vereador Serra quer responder à questão colocada pelo Doutor Nascimento?

O Vereador Serra Silva: Gostaria de dizer que nunca a Câmara de Borba teve mau relacionamento com nenhum organismo, independentemente de ele ser da administração central ou da administração desconcentrada da administração central ou da administração local, antes pelo contrário, sempre nos pautámos por bons relacionamentos. Se calhar, foi esse um dos nossos problemas grandes, porque nem toda a gente está nos organismos como nós estivemos. Eu tenho que lhe dizer isto, tenho que lhe dizer isto, Mário, porque lhe disse várias vezes na Câmara. Muitas das nossas obras foram boicotadas, não pelos técnicos que invocou agora aí, mas por si, por pessoas do Partido Socialista colocados nesses órgãos que tudo fizeram para boicotar. Posso-lhe dar alguns nomes, a ETAR da Ribeira, um processo que se arrastou mais de três (3) anos, com um processo em que os técnicos que vieram ao local disseram que era a única localização possível, levou três anos para que o seu camarada de partido, Vasco Pulido Valente, actualmente Presidente da Câmara de Mértola, despachasse aquilo. Porquê? Porque havia uma candidatura de cinquenta e seis mil (56.000) contos e a Câmara tinha a receber mais de trinta mil (30.000) contos dessa candidatura. Foi despachada no final do mandato, vai ser recebido esse dinheiro pelo actual executivo. É preciso é, é que seja recebido. Isso não foi mau relacionamento. A ETAR da Parreira, foi considerada, não um aglomerado rural a estruturar porque no PDM não vinha marcado. Foram feitas reuniões no local, foi explicado que vinha no PDM, que vinha referenciado o número de famílias que lá viviam, o número de casas, infra-estruturas que tinham, está no PDM, é ver, é ver os dossiers. Nunca conseguimos. Porquê? Porque o senhor Vasco Pulido Valente, não era o senhor Vasco Pulido Valente, era o senhor Pinto Leite, grande amigo do senhor Mário de Deus, não despachou aquele processo porque era mais uma candidatura da Câmara de Borba que ia também melhorar a capacidade financeira do Município. Despachou agora, sim, ao senhor Angelo de Sá, camarada de partido. Também dizer, e é preciso também que se diga, sobre o jardim municipal, a Câmara de Borba teve aquela candidatura, se forem ver a lista das candidaturas, mais de três (3) anos, e vinha sempre para reformular. Foi tantas vezes reformulada que acabou por ser aprovada com o orçamento quase igual ao orçamento inicial que tinha quase dois (2) anos. Mas depois de ter sido aprovada, passado quinze (15) dias, ainda os técnicos da Câmara andavam a explicar o projecto na CCR porque alguns não percebiam ainda o que é que estava nos orçamentos, mas já tinham dado parecer favorável. Isto tem nome, senhor, senhor Mário, isto tem nomes. Eu não vou aqui utilizá-los, mas isto tem alguns nomes. Por isso, não é o mau relacionamento, é mau é que na política portuguesa não se respeitem os organismos e seja preciso serem todos do mesmo partido para que as coisas possam funcionar. Eu rejeito essas formas de política, defendo que as pessoas devem estar íntegras no lugar onde estão e que devem defender o melhor para os seus, para os seus Concelhos. Mas que não deve ser, não deve ser a mesma filiação partidária a decidir aquilo que deve ir para cada um dos Concelhos. Posso-lhe dar mais um caso, que o senhor se bateu muito contra porque dizia que não tinha dignidade, porque não tinha, não tinha dimensão, a feira do queijo. Foi reprovada a este executivo de que estou aqui eu e o João Proença e a Vereadora Filipa. Depois foi repensado quando, quando o Partido Socialista tomou a Câmara de Borba e foi homologado pela Senhora Ministra. Quer dizer, uma decisão que tinha sido tomada voltou a ser tomada ao contrário para quê? Para investir aqui no Concelho de Borba mais de dez mil (10.000) contos daquela candidatura. Estas coisas têm nomes, é preciso que nós, quando dizemos o relacionamento também temos de perceber que não é só mau relacionamento, antes pelo contrário, se calhar o bom relacionamento que a Câmara de Borba quis sempre manter e o nível que quis sempre manter, se calhar prejudicou também o Município e prejudicou muito mais a CDU.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Mário de Deus, faz favor.

O Membro Mário de Deus : escolhi um tom deliberadamente, Senhor Presidente, não o queria incomodar com muito tempo e escolhi um tom deliberadamente ameno para fugir à chicana e para fugir à politiquice de que o senhor Vereador Serra ali se serviu. Eu tenho o meu trabalho, trabalho onde trabalho, tenho a minha, tenho a minha filiação partidária, nunca exerci poder em coisa nenhuma, nunca o mendiguei, tenho bom perder, soube perder quando me candidatei, sou sério. Estava a ver se a conversa não se abandalhava muito, mas terá que ter paciência e terá que ter que me ouvir uns segundos mais. Tudo isto é ilustrado pela questão que a antiga Câmara fez com o tal gabinete de reestruturação do tecido, do tecido urbano da vila, o tal GAT, GAP ou GAT, e a forma como tratou todos os edifícios da terra. Todos nós sabemos que esta vontade de fazer coisas que não dava nada, porque até, se calhar a Doutora Margarida Cancela de Abreu também é uma perigosa socialista infiltrada na CCR, tal qual como o GAT que esteve aqui em Borba, que esteve aqui e que acabou, penso que acabou agora as funções, peço ao Senhor Presidente depois que illustre aqui um bocadinho melhor, definiu um regulamento em que os donos das casas, em que os proprietários das casas, os donos, não podem intervir, têm de ter uma atenção muito grande ao património. Entalaram completamente os proprietários dos edifícios aqui no casco antigo da vila. Felizmente o GAT vai acabar, algumas situações vão-se resolver por esta Câmara, felizmente que as coisas mudaram e as coisas vão-se resolver, e obviamente que foi o que aconteceu quando se passou da outra Câmara para esta Câmara. Obviamente que este modo como o actual Vereador Serra aqui grita, grita também, a falar com a Doutora Margarida Cancela de Abreu ou com o Doutor lá da CCR ou com o Doutor meu amigo, esta forma de gritar, esta convicção de que é como ele acha e é como ele diz e é como ele quer que as coisas se resolvem, não era bom caminho para resolver coisa nenhuma. Obviamente que o Doutor Angelo de Sá tem um ar mais persuasivo, mais calmo, a argumentação há-de ser, com certeza, de outra maneira. Mas não de qualquer maneira.

O Senhor Presidente da Assembleia: Terminou?

O Membro Mário de Deus: Não, não, Senhor Presidente. Não porque acho que a chicana política merece, e eu sempre disse que era aqui nesta casa que se fazia política e faz-se de cabo a rabo. Merece que o Doutor Angelo de Sá, agora quando falar, quando tomar o uso da palavra outra vez, fale do resultado da auditoria. E que as contas daquela gestão, que ele está a dizer que dependeu apenas disto e daquilo, que as contas comecem, agora já, de forma científica e de forma responsável, a serem consideradas aqui. Porque todos nós sabemos, todos nós sabemos ainda que há viaturas, só para ilustrar, há viaturas a circular aqui na Câmara que eram imputadas a esta obra, àquela obra, à outra obra. Todos nós sabemos que os técnicos que estavam nos departamentos do estado não são burros, não lhe podem meter os dedos pelos olhos adentro. As pessoas estão, sentem-se enganadas, estão a ser enganadas, todos conhecemos os mesmos truques. Por agora, só se for um bocadinho mais de chicana,

O Senhor Presidente da Assembleia: Não, não,

O Membro Mário de Deus : Está bem que somos mais, mas,

O Senhor Presidente da Assembleia: Não há mais inscritos e, portanto, vou passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara : Bom, em relação a estes assuntos últimos que foram referidos, eu terei oportunidade de me referir a eles nas actividades da Câmara, estamos a falar das obras por administração, do limite das obras feitas por administração directa e é a isso que me vou referir, e quando se diz que a memória é curta eu, quem não se ofende não é filho de boa gente, neste caso, não me sinto ofendido, sinto-me apenas, sinto-me apenas obrigado a ter que lembrar ou que avivar a memória das pessoas porque, efectivamente, ela é curta, e quero dizer aqui o seguinte, provavelmente a Senhora Doutora Filipa esqueceu-se que a primeira proposta apresentada nesta Assembleia foi de duzentos e cinquenta mil (250.000) contos e, portanto, foi de duzentos e cinquenta mil contos a primeira, a primeira proposta apresentada aqui nesta Assembleia que votámos contra e, que passados quinze dias, a mesma força política que tinha apresentado uma proposta de duzentos e cinquenta mil contos desce para cem mil (100.000) contos, ou seja, que coerência era esta? E foi, e foi isso, e além disso, agora não se ria, porque agora, agora tenho que lhe avivar eu a memória, e não se ria, agora tenho de lhe dizer o seguinte, além

disso, depois, nesse intervalo de tempo entre os duzentos e cinquenta mil e os cem mil, deve-se recordar dos comunicados vergonhosos que andou para aí a fazer. Portanto, relativamente a este assunto, tive que defender a honra e, portanto, até porque na altura era Presidente da Assembleia, usei o voto de qualidade. Em relação a este assunto e, voltando aqui à questão das obras por administração directa, quero-lhes dizer que nós vamos ter que ser obrigados a fazer cronogramas de obra, até porque o Pocal a isso nos vai obrigar, portanto, a grande diferença que há entre aquilo que se fazia dantes e aquilo que se faz agora, é que até das obras por administração directa, nós temos que saber o que é que gastamos e como é que gastamos e, portanto, não pode haver derrapagens ou, a haver, têm de ser, de facto, assumidas. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Maria Filipa Almeida: Ó Senhor Presidente, eu não, eu não ia falar, até porque disse logo no início que ia votar a favor desta proposta porque, porque acho que isto deve ser assim, mas o Senhor Presidente da Câmara é melhor assumir que o oportunismo político, às vezes, leva a fazer algumas coisas como o Partido Socialista fez o ano passado e nos outros anos, no último mandato. Portanto, assumo isso e não venha com desculpas agora, com justificações, votaram contra porque quinze (15) dias antes, ou um mês antes a Câmara tinha apresentado uma proposta de duzentos e cinquenta mil e por causa da proposta de duzentos e cinquenta mil depois votaram contra a de cem mil. Ora bolas, isto, desculpe lá, isto é a lógica da batata, isto não tem lógica nenhuma. E votaram contra por causa dos comunicados da CDU? Ó Senhor Presidente, francamente.

O Senhor Presidente da Assembleia: Vamos passar à votação? Quem vota a favor da proposta apresentada pela Câmara, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Ninguém. Portanto, aprovado com dezassete (17) votos a favor, e um (1) contra.

PONTO TRÊS PONTOS SEIS: Constituição de uma Empresa Intermunicipal para a gestão do Sistema de valorização e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos - Emissão de Parecer :

O Senhor Presidente da Assembleia: Vamos passar ao ponto 3.6 da ordem de trabalhos: Constituição de uma empresa inter-municipal para a gestão do sistema de valorização e tratamento de resíduos sólidos, emissão de parecer. Passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara : Senhor Presidente, eu propunha, que este assunto não fosse discutido, até porque como, certamente, percebeu, nós tínhamos, à partida, pensado que o documento da Associação de Municípios vinha atempadamente como tinha sido decidido e que seria discutido na Câmara e depois chegaria à Assembleia atempadamente. Considerando que isso não aconteceu, eu propunha que este ponto passasse para uma outra Sessão da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia: A proposta do Senhor Presidente da Câmara é que este assunto passe para uma próxima Sessão da Assembleia. Portanto, a mesa retira o ponto da ordem de trabalhos. Ninguém se opõe? Muito bem.

PONTO TRÊS PONTOS SETE : Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Habitacionais para Jovens:

O Senhor Presidente da Assembleia: Vamos passar ao ponto 3.7: Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Habitacionais para Jovens. Quem se quer inscrever? Faz favor. Doutora Filipa,

O Membro Maria Filipa Almeida: Este, este projecto, é sobre o Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Habitacionais para Jovens, é? Esta é uma proposta que foi feita, segundo diz o preâmbulo, foi feita na última sessão, na qual eu não estive presente, mas estive a ler isto com atenção e queria fazer alguns reparos e algumas propostas. A primeira, a primeira proposta era que a reserva de lotes para as pessoas com idades compreendidas entre os dezoito (18) e os trinta e cinco (35) anos não fosse de vinte por cento (20%), mas de cinquenta por cento (50%), e por que motivo, porque a maior parte das pessoas que

compram lotes para habitação são pessoas com idades mais jovens, portanto, parece-me que vinte por cento é um número demasiado baixo quando tem por objectivo fazer esta discriminação positiva relativamente à juventude. Até também, tendo em conta que as hastas públicas que foram feitas no início do Verão para a venda de lotes, não deram como resultado a venda dos lotes todos nem, penso que nem de cinquenta por cento (50%) e, portanto, dá para fazer uma reserva maior para jovens do que os vinte por cento (20%) que aqui estão propostos. A outra, outra questão, na página dois (2) sobre a prioridade de atribuição de lotes às diferentes candidaturas será efectuada pela maior valorização, segundo os seguintes critérios, não pondo em causa nenhum dos critérios, penso que há um deles que deveria, ele já tem uma ponderação superior aos outros, mas penso que deveria constituir uma condição para a atribuição de lote ou para inscrição dessa, dessa pessoa e que é o ultimo, a alínea E: A condição de inabitabilidade de residência actual. Se, como diz aqui, serão os serviços, penso que está aqui noutra ponto, serão os Serviços Técnicos da Câmara a atestar essas condições de inabitabilidade. Se uma pessoa vive numa casa sem condições de habitabilidade não pode, legalmente, continuar a viver nessa casa. Portanto, se a Câmara fizer uma vistoria a uma casa e a casa não tiver condições de habitabilidade, a Câmara tem que notificar o proprietário para fazer as obras necessárias e se ele não fizer e o inquilino também não tiver possibilidades, de acordo com a lei, a Câmara pode-se substituir ao proprietário e fazer ela própria as obras, mas não pode, legalmente, atestar que a pessoa pode viver numa casa sem condições de habitabilidade. Portanto, se queremos fazer discriminação positiva, eu penso que essa alínea das condições de inabitabilidade da residência actual não poderia ser mais um factor de prioridade, mas deveria ser uma condição para inscrição ou para, enfim, para seleccionar as pessoas que estejam nessas condições. Depois, no ponto 1.5 que diz: Se existir mais que um interessado num determinado lote com a mesma valorização pontual, será efectuada uma hasta pública entre eles. Isto é, com certeza, um erro de, não é um erro de português, isto não é um erro de ortografia, mas é um erro de conceito porque não pode ficar assim, não há hastas públicas entre nós, que estamos aqui nesta sala, nem entre dois (2), nem entre dez (10), nem entre vinte (20), as hastas públicas, são mesmo públicas e a hasta pública pode concorrer toda a gente, não há nenhuma hasta pública entre duas pessoas ou entre três (3) ou entre quatro (4). Portanto, isto aqui terá que ser, sei lá, poderá ser sorteio, se for esta a opção da Câmara e da Assembleia, poderá ser à melhor oferta, enfim, se estiverem dois (2) interessados, se a Câmara quer discriminar, enfim, aquele que tiver mais uns tostões, que tiver mais uns cêntimos poderá ser melhor oferta, o que não me parece correcto, já que o objectivo é a discriminação positiva, então penso que a melhor proposta aqui seria, em caso de empate, em caso de haver pessoas com a mesma pontuação ser atribuído por sorteio, porque senão, eles estão a ser discriminados positivamente porque têm pouco dinheiro, mas depois, se há dois que querem o mesmo lote vão fazer subir o preço do lote e, então, gastam mais dinheiro. Portanto, acho que aqui devia ser sorteio. A última proposta é no, logo a seguir, no 1.6 que diz que o preço da venda será o preço de base de licitação com uma bonificação de, desculpem lá, o que é que lá estava porque eu risquei? Trinta (30)? Com uma bonificação de trinta por cento (30%) ou o que resultar da hasta pública quando ela se realizar. Portanto, esta segunda parte já não fazia sentido, se for sorteio, a segunda parte da frase não faz sentido, a bonificação, nós propomos que seja de setenta por cento (70%) e justificamos, porque setenta por cento é o correspondente ao financiamento comunitário para os loteamentos existentes onde estes lotes estão, onde estes lotes existem. Portanto, a proposta que fazíamos era que, era melhorar este, este regulamento, aumentar o número de lotes, aumentar a bonificação para aquilo que corresponde ao financiamento comunitário, que é de setenta por cento e encontrar a forma de sorteio para as famílias que ficaram, ou para os candidatos que ficarem com a mesma valorização pontual, para além de que as condições da inabitabilidade deveriam ser uma condição, a priori, para seleccionar os candidatos. Disse.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutor Jerónimo, faz favor.

O Membro Jerónimo Cavaco: Eu, até há bem pouco tempo, passei também por uma situação destas, não de lote de terreno, mas de, digamos, de um apartamento em si, através de uma empresa conhecida de todos nós, da Epul, em Lisboa. Eu não sei se existe algum requisito legal e era isso que eu queria perguntar em primeiro lugar, se existe algum requisito legal que obrigue a que este regulamento seja construído em termos de discriminação positiva, mas concordo plenamente que seja atribuída esta valorização com estes critérios ou com estes moldes que estão aqui, digamos, pré-definidos. Eu tinha a

sensação que não, mas em todo o caso, queria perguntar. Eu penso que, nós podemos estar a correr os riscos de, se não temos atenção com aquilo que fazemos, de acabar por inflacionar o preço dos lotes nesta questão de hasta pública. Em todo o caso, eu propunha e gostaria de ver, no mínimo, discutido, que não existisse a fórmula, aquela que está pasmada neste regulamento, mas que fossem admitidos, mediante condições, algumas já definidas. No entanto, penso que seria necessário acrescentar, pelo menos, mais uma ou duas, é que em vez de ser feito assim, porque implica necessariamente a mão de alguém, ou seja, de serviços técnicos, ou de serviços especializados, seja de alguém que se nomeie para fazer esta valorização, esta discriminação mediante os factores que aqui estão. Não sei se é possível ou não e alguém me irá elucidar com certeza, que a atribuição destes lotes pudesse ser feita através de sorteio. Como? As pessoas candidatavam-se aos terrenos ou aos lotes existentes, era-lhe atribuído um número, há sistemas informáticos que fazem isto em dois segundos, aliás, eu penso que a Câmara Municipal de Borba e o Executivo não correria o risco que, com certeza poderá correr, de dizer que houve uma discriminação mais positiva para um lado do que para o outro ou que se beneficiou A, B ou C, em vez de se ter olhado para outros factores que, provavelmente, não estaremos a ver neste momento. Eu penso que a lógica do sorteio permite à Autarquia, quando atribui os lotes de terreno por sorteio, descansar e lavar as mãos completamente de toda e qualquer discriminação que possa ser feita ou que possa vir a ser feita e que depois seja imputada a compromissos ou situações que podem, à partida, ser menos claras e, à partida, penso que as pessoas poderiam ficar mais satisfeitas, porque se há, imaginemos cinquenta (50) lotes de terreno, podem-se inscrever cem (100) ou duzentos (200) candidatos, apenas cinquenta (50) poderão ser os felizardos, mas, com certeza, que esses cinquenta (50) ficarão satisfeitos, os outros esperarão por uma oportunidade mais próxima e penso que a clarividência ou aquilo que estará subjacente ao sistema que nós pretendemos aqui será mais transparente, permitindo que as coisas sejam feitas, de facto, com cabeça, tronco e membros. Esta era a minha proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia: Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Primeiro, estes dois regulamentos, que estão no ponto 3.7 e ponto 3.8, deviam ser discutidos ao mesmo tempo, vêm na sequência de Assembleias Municipais anteriores e decorrem, numa discussão já aqui existente entre nós. Primeiro ponto a pôr nesta questão dos jovens, o que foi aprovado na Assembleia anterior terá que ser modificado, porque o que foi aprovado, era que se discriminavam casais jovens e isso foi aqui na pressão do momento que se fez e não pode ser, discrimina-se os jovens, sejam casais, sejam solteiros, tenham a orientação sexual que tiverem. É claro que este regulamento tem que ser entendido também como uma proposta a melhorar e trazer a uma próxima Assembleia Municipal, é um primeiro papel, um primeiro esboço, que procurou no fundo, responder a esta necessidade e solicita-se a todos os membros da Assembleia que, desde que o queiram, possam melhorar substancialmente este primeiro esboço do requerimento. Não pode ser aprovado hoje aqui. Terceira questão e contra aqui o meu colega de bancada, se é para discriminar, a gente tem que discriminar e o sorteio não discrimina, porque, evidentemente, que, se eu ponho, um jovem solteiro equivalente a um casal casado com dois filhos no sorteio, eu não o estou a discriminar, posso optar por favorecer o jovem solteiro o que, neste caso, me parece que é discriminar. Os critérios podem ser mais aprofundados, pode-se chegar, não só ao sorteio, que é completamente isento de suspeição, se se chegar a critérios mais afinados que deêm uma pontuação, soma-se e também é completamente isento de suspeição e permite de facto, uma certa discriminação. Quanto ao ponto 1.5, eu sou completamente contra. Foi aqui discutido na Assembleia, no fundo se a gente está a discriminar não pode depois vir para hasta pública, então se a gente quer discriminar positivamente e baixar o preço não podemos ir alterá-lo. Agora, quanto aos setenta por cento (70%) e os cinquenta por cento (50%), no fundo, cinquenta, setenta por cento do número de lotes terá que ter alguma justificação, temos que ver se isso é possível, etc. Mas a principal razão que eu queria pôr, a principal razão, é que isto é um primeiro documento para, entre nós todos, tentarmos melhorar e tentarmos responder no fundo, é isso, tal como o documento dos lotes industriais também é uma primeira aproximação para responder a cada necessidade que, penso, são sentidas por todos. Evidentemente que, pronto, está na ordem de trabalho, só posso discuti-lo no ponto seguinte, mas também, é uma discriminação positiva a determinadas situações. Era o que tinha para dizer por agora.

O Senhor Presidente da Assembleia: D. Ivone Espiguiha, faz favor.

O membro Ivone Espiguinha : Pois, eu cá tinha as minhas razões de querer falar antes do Professor Cabral, porque ele, ele disse quase tudo o que eu queria dizer. Agora é só o seguinte, nós não nos podemos esquecer que isto não é um regulamento para venda de lotes, o regulamento para venda de lotes foi o que aprovámos da outra vez e decidimos, nessa altura, que haveria vinte por cento (20%) de lotes para jovens. Este é só o regulamento para esses vinte por cento (20%), portanto, isto era uma resposta aqui à Doutora Filipa que propôs o aumento de vinte (20) para cinquenta (50). É obvio que ela, quanto às outras duas questões que pôs tem mais que razão, quer dizer, a alínea E, o que ela pôs sobre a alínea E é pertinente, sobre o ponto 1.5 é pertinentíssimo, aliás o Professor Cabral também já o disse, portanto, se estamos a fazer uma discriminação positiva não vamos no ponto 1.5, depois, outra vez, a pôr dois candidatos à briga para, para ver quem é que tem mais dinheiro, não é, se há dois (2) interessados no mesmo lote, ou três (3) ou quatro (4), então, penso eu que é mais justo que se faça só com esses dois ou três ou quatro que estão interessados no mesmo lote um sorteio e siga depois o resto da atribuição dos lotes. E o ponto 6, que a Filipa também citou, é evidente se, se modificarmos o 1.5 também temos que modificar o 1.6 É só.

O Senhor Presidente da Assembleia: Mais alguém está interessado em falar? Mais ninguém? O Senhor Presidente da Câmara quer falar?

O Senhor Presidente da Câmara : Só dizer que, de facto, nós recebemos esta proposta do grupo do Partido Socialista na Câmara Municipal, reflectimos sobre ela, achámos que, enfim, podia, eventualmente, haver algumas alterações, mas que podia ser só um documento a melhorar e por isso resolvemos aprová-lo na Câmara. De facto, sempre abertos à mudança e sempre abertos a melhorar e sempre como o objectivo de fazer alterações quando daí venham benefícios para as populações, nós não queremos de forma nenhuma prejudicá-las e, portanto, estamos abertos a fazer sempre qualquer alteração, quer em relação a isto, quer em relação a outros assuntos.

O Senhor Presidente da Assembleia: Engenheiro Cabral.

O Membro Carlos Cabral : Eu proponho que isto seja adiado, neste caso, é que a proposta é para adiar para a próxima Sessão da Assembleia Municipal, quer dizer, não votar, nada disso, adiar para a próxima Assembleia Municipal, solicitando todos os contributos que possam melhorar o documento, neste ponto e no ponto seguinte.

O Senhor Presidente da Assembleia: Portanto, existe uma proposta, uma proposta no sentido de passar este ponto para a próxima Sessão da Assembleia Municipal para que possa ser melhorado. Vamos admitir a proposta. Quem vota a favor da admissão da proposta? Faz favor de baixar o braço. Quem vota contra? Quem se abstém? Está admitida por unanimidade, e agora vamos falar sobre a proposta, alguém se quer inscrever? A proposta é do Engenheiro Cabral: Adiar para a próxima Sessão da Assembleia, de maneira a receber contributos para a melhoria do documento. Esta é a proposta. O senhor Moura Lopes quer falar, faz favor.

O Membro Moura Lopes: Eu admito um certo cansaço, mas também penso que devemos aproveitar esta Assembleia, penso que este caso não deve voltar a outra Assembleia. Os contributos estão dados, a proposta que a minha camarada Filipa fez, nós estudámos o assunto e temos propostas para melhorar esta proposta. Eu penso que se devia pôr à votação isso e avançávamos com este ponto também, não ficava aí pendurado para outra altura.

O Senhor Presidente da Assembleia: Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Evidentemente que já se levantaram aqui problemas, não só a Doutora Filipa e a sua proposta tem que ser também bem avaliada, se é possível passar para cinquenta por cento (50%) ou não é possível, tem que ser bem avaliada. O Jerónimo levantou problemas também, não há que haver pressa para fazer isto, as forças políticas perceberam. Aliás, do meu ponto de vista, está instrumentalmente errado, isto foi uma proposta feita no grupo municipal do PS que poderia ter sido feita logo com a visão de a pôr à discussão, entregar, etc, e não como proposta da Câmara, e só estou a pôr a

proposta porque está como ponto da Câmara e não posso passar sem a votar, portanto vamos tentar melhorar pelo que, aceito analisar estas razões, acredito que possa haver muitas mais e possa haver outras mais importantes, etc. como não temos pressa, vamos trabalhar um pouco mais sobre isto, trabalhar até o português, que está um pouco feito, assim, à pressa. Pronto, adiar para a próxima Assembleia não trará consequências más para ninguém e pode trazer consequências boas.

O Senhor Presidente da Assembleia: Mais alguém quer falar sobre o assunto? Vamos votar a proposta apresentada pelo Engenheiro Cabral. Quem vota a favor da proposta, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por treze (13) votos a favor e cinco (5) abstenções.

PONTO TRÊS PONTOS OITO: Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Industriais:

Vamos entrar, então, no ponto 3.8: Projecto de Regulamento de Venda de Lotes Industriais. Engenheiro Cabral, faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Evidentemente, que o mesmo se passa com este documento, embora este também possa ter já, aqui, hoje, alguma conversa ou alguma discussão. A questão da discriminação positiva nos lotes industriais, depois de estudar o assunto só pode ser feita se nós introduzirmos a figura do concurso limitado, não há outra forma de o fazer, e depois na figura do concurso limitado nós, de facto, conseguimos arranjar um conjunto de situações que possibilitem a discriminação. E esse concurso limitado tem justificação até numa fase do ordenamento da própria vila, das empresas mal instaladas que se podem transferir e nestas outras condições que aqui estão, e pode haver outras ainda, e os pontos podem ser estes ou podem ser outros, vamos lá ver, isto é um primeiro lançamento do balão para ver se a gente chega a uma questão que o concurso limitado resolva, de facto, o problema das dez (10) ou quinze (15) situações existentes em termos de lotes industriais mais pequenos, etc, e que de uma vez por todas se agarre este problema e se resolva. É evidente que depois os outros lotes que não são postos no concurso limitado, são lotes da hasta pública sem qualquer condicionante, quer dizer, já não será o condicionante, ser de Borba não ser de Borba, mas deve-se entender este documento também como um primeiro, um primeiro longo projecto para melhorar, e era assim que deveria ter sido entendido desde o princípio.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís do Nascimento: Independentemente das questões que o Engenheiro Cabral levantou, eu queria dar aqui assim, pelo menos, um ou dois contributos para melhorar este documento. No ponto 1.6, sinceramente, não percebo a alínea G e H, que tendo um texto diferente, tem uma pontuação igual. Certamente foi erro de dactilografia. O G e H. Aliás não tem o mesmo texto, tem é a pontuação igual. A mim parece-me que, de facto, quem quiser criar mais de cinco (5) postos de trabalho terá maior pontuação do que,... Pronto, eu também quis ler assim, mas não é isso que está escrito. Uma outra questão, uma outra questão que poderá aqui faltar e que já foi proposta noutras Assembleias Municipais pelo Partido Socialista, de facto, era atribuir pontuação à qualidade do projecto a apresentar pela entidade a querer instalar-se em determinado lote. Penso que isso também seria importante. Não sei até que ponto, a minha formação não é, não é nessa área, não sei até que ponto é que, em termos de hasta pública, cada concorrente só pode adquirir um lote, se é pública não sei, sinceramente desconheço, parece-me estranho cada concorrente não poder adquirir mais do que um lote. Na primeira página não está aqui explicitado como é que passam para hasta pública, os porquês, não é? Pronto, penso que seriam, para já estas questões que queria colocar.

O Senhor Presidente da Assembleia: Mais alguém quer falar sobre este assunto? Alguma proposta? Igual à anterior? Portanto, vamos admitir a proposta de que este assunto transite para uma Assembleia posterior, com a finalidade de ser melhorado o documento. Quem vota a favor da admissão da proposta? Quem vota contra? Quem se abstém? Está admitida a proposta, com treze votos a favor e cinco abstenções. Alguém quer falar sobre a proposta? Ninguém. Vamos passar à votação da proposta. Quem vota a favor da proposta, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém? Portanto, aprovado por treze (13) votos a favor e cinco (5) votos de abstenção.

PONTO TRÊS PONTO NOVE: Apreciação das Actividades da Câmara e da sua situação financeira.

O Senhor Presidente da Assembleia: Vamos passar ao último ponto, 3.9: Apreciação sobre as Actividades da Câmara Municipal e da sua Situação Financeira. Faz favor, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara Bom, em relação a este assunto, queria dizer à Assembleia o seguinte: Relativamente à situação financeira, como já se aperceberam, com certeza, o tipo de mapas que estão, neste momento, a ser apresentados já revelam algumas diferenças relativamente aqueles que vinham sendo apresentados até agora. Ainda não estão como nós queremos, estamos a melhorá-los, mas tudo isto também tem sido condicionado por um problema muito complicado que nos tem afligido nestes últimos tempos e que tem sido a implementação do Pocal. Portanto, neste momento, temos a situação, praticamente ultrapassada, praticamente, concluída, isto tem envolvido os técnicos a trabalhar, a trabalhar muito neste assunto e, portanto, foi o possível que nós conseguimos fazer até agora. Penso que as coisas ainda são possíveis de ser melhoradas, dos mapas permitirem uma melhor leitura e penso que, nessa altura, nós estaremos em melhores condições até de discutir todos estes assuntos, sendo nossa intenção que haja uma transparência muito grande na apresentação dos dados. Não queremos esconder nada a ninguém, queremos que as pessoas vejam os dados, que os analisem e que avaliem o nosso trabalho. Quero-vos dizer que aqueles empréstimos que tinham vindo aqui à Assembleia em que se tinha dito que estavam cheios de ilegalidades e que estava tudo mal, foram apresentados ao Tribunal de Contas, foram visados pelo Tribunal de Contas, neste momento temos os empréstimos, quer o empréstimo para o investimento, os duzentos mil (200.000) quer os cem mil (100.000) para saneamento financeiro. Portanto, essa situação vai-nos trazer algum desafogo, temos, praticamente, eu digo praticamente porque ainda faltam algumas coisas, falta-nos pagar muito pouca coisa relativo a dois mil e um (2001), portanto, toda a dívida que existia até dois mil e um está, praticamente, liquidada. Algumas coisas vamos resolver dentro de pouco tempo, quando os fluxos financeiros, até das obras que já temos aprovadas, começarem a verificar-se com regularidade. Portanto, além disso também dizer-vos que ainda ontem foi feita a escritura com o Icor, relativamente à aquisição dos terrenos para a variante à estrada duzentos e cinquenta e cinco (255) e em que aos cofres da Câmara chegaram mais setenta mil (70.000) contos. Tínhamos tido uma primeira prestação de setenta, agora uma segunda prestação de mais setenta mil contos. Portanto, isto vai-nos permitir, de facto, melhorar significativamente a situação, embora de facto, ela não seja boa e o Mário pediu-me há bocado para eu falar da auditoria, não lhe vou satisfazer essa vontade, até porque me foi entregue o relatório preliminar à relativamente pouco tempo, não tivemos sequer tempo de o analisar com alguma profundidade e vai-nos ser enviado o relatório definitivo e, portanto, logo que esteja entregue o relatório definitivo será dado conta, quer na Câmara quer na Assembleia. De qualquer maneira, devo dizer que os números não fogem muito daquilo que nós tínhamos previsto, mas nessa altura será divulgado como deve ser. Relativamente às actividades da Câmara, antes de entrar propriamente na área mais ligada ao planeamento, queria prestar algum esclarecimento relativamente a algumas afirmações que foram feitas aqui, há bocado, e que eu disse que não respondia naquela altura, que respondo agora nas actividades da Câmara. Primeira situação, ETAR da Ribeira, quero-vos dizer o seguinte, na minha primeira deslocação à Comissão de Coordenação da Região Alentejo, perguntei por quatro processos, que me faziam alguma confusão. Não entendia porque é que a ETAR da Ribeira não está concluída, porque é que a Parreira tem os problemas que tem, porque é que o jardim municipal está como está e porque é que a zona industrial do Alto dos Baçelos não avança? Em relação a esta última, não avança nem avançou, e já foram ditas aqui, mais do que uma vez, as razões que me foram apontadas pela CCR, mas em relação à ETAR da Ribeira apenas me disseram que faltava uma licença e eu procurei, mas se é só uma licença como se tira a licença? A licença tira-se em Portalegre. Eu não fiz mais nada do que chegar à Câmara e telefonar para Portalegre e perguntar o que é que se passava com a licença da ETAR da Ribeira. Foi-me dito que a licença estava para despacho e, portanto, até mandei um funcionário buscar a licença, se calhar, com alguma ingenuidade minha, porque pensei que desbloqueava imediatamente o dinheiro, mas por acaso até ainda não mo desbloquearam, os amigos do PS, como diziam, como diziam há bocado, não me desbloquearam o dinheiro, apenas lhe dê a licença e, neste momento, ainda não veio o dinheiro. Relativamente à Parreira, o que me disseram foi que havia um parecer negativo da DRAOT, e eu fui também investigar, saber quem era a pessoa que tinha dado o parecer negativo e disseram-me que era a

Senhora Arquitecta Cancela de Abreu, eu fui à Senhora Arquitecta Cancela de Abreu e perguntei: Senhora Arquitecta, mas porquê um parecer negativo? E ela disse-me, com o ar que ela tem, para quem a conhece não é bom ar, um ar um bocado ríspido, e diz-me que se tinha dado um parecer negativo é porque, de facto, ela tinha razão. Eu tentei-lhe explicar que não tinha razão e que, provavelmente, eu até achava que uma pessoa com as capacidades dela nunca podia fazer um parecer daquela natureza porque deveria ter sido enganada e mostrei, e disse-lhe: Senhora Arquitecta, traga-me a planta à escala 1/25000, que eu, imediatamente, lhe provo que este aglomerado era um aglomerado que existia, pelo menos, desde mil novecentos e setenta e cinco (1975) que é quando foram feitas as cartas militares. A Senhora Arquitecta disse-me: Ah, não vale a pena, vou ver o assunto, mas eu insisti e cheguei à Câmara de Borba, fiz uma montagem e enviei por fax a localização da Parreira em carta militar 1/25000. Penso que a dúvida dela residia no facto do nome Parreira não aparecer na carta militar de Borba, mas aparecer na carta militar de Estremoz. Enviei, a senhora viu e disse-me que esses assuntos, por vezes, resolviam-se doutra maneira e que não tinha nada que dar o dito por não dito. E eu disse que, de acordo com as informações da Unidade de Gestão, tinha mesmo de dar porque quando há um parecer negativo, tem que ser dado um parecer positivo e foi isso que aconteceu. Portanto, tão simples como isto, não houve neste assunto qualquer interferência de algum responsável do Partido Socialista existente na CCR, fui directamente ao sítio. Em relação ao jardim municipal, a mesma coisa, o projecto estava lá, foi a uma Unidade de Gestão e foi aprovado, portanto, não houve, da minha parte, sequer uma pressão, apenas perguntei, calmamente, sem agredir as pessoas, perguntei com naturalidade o que é que se passava, porque é que as coisas aconteceram, aliás como tem acontecido tudo o que tem aparecido até aqui e esta é a minha postura, quer o governo seja do PS, do PSD ou da CDU. Portanto, fosse que governo fosse, eu falava da mesma maneira e sem agredir as pessoas. Relativamente ao Plano de Salvaguarda, também foi referido, o Plano de Salvaguarda, de facto, está em fase de conclusão é um instrumento delicado, é um instrumento que aparece, se calhar, infelizmente, numa fase em que há mudança de Câmara, portanto, eu penso que este assunto devia ser um assunto que devia ter ficado resolvido no anterior mandato, ou então começava-se neste, mas aconteceu assim. Há coisas com que nós não concordamos, há, estão-se a limar arestas, estão-se a fazer algumas alterações com o objectivo sempre de tentar resolver os problemas das populações. Nós não estamos cá para complicar, estamos cá para resolver, naturalmente, os problemas das pessoas, não para cair no nacional porreirismo, mas para resolver as coisas dentro da legalidade. Há coisas com que nós não concordamos, e eu já, numa altura, aqui disse que não concordava com a forma, com o processo, por exemplo, da classificação dos imóveis, não é ser contra a classificação, é ser contra a forma como o processo decorreu, mas enfim, pronto, isso foram orientações que foram dadas por uma gestão que não foi nossa e agora temos que nos aguentar, é preciso é que, realmente, da parte dos organismos responsáveis, haja celeridade na resolução dos problemas porque nós pretendemos que eles se resolvam e pretendemos que Borba não seja um conjunto de casas, sobretudo na parte mais antiga da Vila, que não seja um conjunto de casas abandonadas, queremos, de facto, revitalizar o tecido mais velho da Vila, claro que, quanto maior for o número de imposições, quanto maior for a pressão junto de quem é obrigado a construir, mais dificilmente as coisas se resolverão. Relativamente a outras actividades da Câmara, o PDM, portanto, esgotou-se o tempo, o tal tempo de apresentação de propostas, mas nós temos continuado a receber todas as propostas das pessoas que nos têm chegado, temos-las feito encaminhar para a empresa que está a tratar do Plano e é um apelo que eu faço aqui à Assembleia, sempre que tenham pessoas que vos contactem e que queiram apresentar sugestões, fazem favor de as apresentar porque não há aqui nenhum entrave, nós queremos que as coisas sejam feitas com transparência, com calma e que, as pessoas podem ter a certeza que todas as propostas que entregarem na Câmara serão enviadas para a empresa responsável que está a fazer o PDM. Claro que depois, serem contempladas ou não, dependerá da lei, dependerá de muitas, de muitas coisas, mas toda a gente que queira continuar a apresentar propostas, pode fazê-lo, nós faremos chegar as propostas ao local e está, inclusivamente, previsto que, após haver alguns elementos, alguns elementos a apresentar já à população, que serão feitas algumas sessões de esclarecimento, quer na Vila quer nas Aldeias com o objectivo de mostrar o que há, recolher mais sugestões, portanto, não estamos aqui para esconder nada a ninguém. Em relação ao Plano Global da UNOR, ele continua a ser elaborado. Neste momento há uma proposta que está quase em fase de apresentação, Plano Global da UNOR e alteração ao plano de pormenor do Alto dos Baçelos. Estamos a trabalhar num plano director para o parque desportivo e zona envolvente, estamos a trabalhar no Plano de Salvaguarda da zona antiga da Vila, e em termos ambientais estamos a trabalhar com a EDC mármore e

com a DRAOT, no sentido de resolução da deposição das natas que é um problema complicadíssimo que nós temos em mãos, aliás nós encontramos um espaço que podíamos revitalizar e que foi dito aqui noutra dia, que é aquela pedreira que está junto à estrada nacional quatro (EN4). Tudo se encaminhava para que se resolvesse o assunto e as natas assim como os inertes das oficinas de mármore e da construção civil pudessem ser depositadas em camadas e, portanto, havia hipótese de preencher aquela pedreira, temos o assunto pendente porque chegou-se à conclusão que, afinal, a pedreira assentava em REN. É uma coisa que eu não entendo, como é que aparece uma pedreira a assentar em REN, e nós o que queremos é resolver um problema que é acabar com aquela lixeira que ali está e, portanto, é um contra senso, mas, enfim, isso obriga-nos agora a ter que fazer o projecto, a ter que ser declarado de utilidade pública e, portanto, isso leva tempo e o que é facto é que me preocupa bastante a questão das natas. Já na próxima semana, vou ter uma reunião na EDC mármore, onde vou, de facto, bater o pé, quer na EDC quer na DRAOT porque isto é um assunto que se tem que resolver com urgência. Em relação ao Sistema de Recolhas de Lixo do distrito de Évora, as coisas estão, estão a andar, a Central de Transferência de Lixo está pronta, os Olivais, temos as coisas negociadas, já temos a declaração de poder intervir, já foi enviada para a Associação de Municípios. Neste momento, estão a ser feitas todas as diligências no sentido da empresa fazer a estrada para que o lixo possa ir, enfim, para Évora, para o aterro sanitário. Já estão escolhidas as pessoas que vão trabalhar e, portanto, está em fase final. Espera-se que, realmente, essa situação venha a beneficiar o concelho, está prevista a questão dos contentores, da recolha selectiva e que, pensa-se nesta parte final do ano, as coisas vão, de facto, avançar em termos de lixo e resolver-se alguma das situações. Por minha proposta na Associação, aliás, penso que já havia alguma sensibilidade nesse sentido, eu propus que fosse feita uma campanha de Educação Ambiental junto das escolas, primárias e pré-primárias, até porque é esse o meu plano da Associação de Municípios no sentido da Educação, no sentido de que se, através das primárias e pré-primárias começasse a sensibilizar a população no sentido de, de facto, começar a dar outro tratamento ao lixo, que não propriamente aquele a que nós assistimos. Temos feito, além disso, uma série de contactos para compra de terrenos, eu há bocado, quando me estava a rir, e que foi feito o reparo pela pessoa, que penso que já cá não está neste momento, estava-me a rir, exactamente, ali para o meu colega, para o meu colega Paixão, não é, e estava-me a rir porquê? Exactamente, porque ele sabe, ele até é testemunha que nós temos andado a fazer alguns esforços para adquirir terrenos em Rio de Moinhos, que é o local onde mais dificilmente se adquirem terrenos. Temos feito alguns, alguns esforços já no sentido de adquirir terrenos para melhorar o parque desportivo, para a habitação, para equipamentos sociais, neste sentido até fizemos uma reunião com a Misericórdia para ver se tentávamos atenuar essa situação, quer em relação a Rio de Moinhos quer em relação à Orada, quer em relação ao jardim, quer em relação às cantinas escolares e até mesmo iluminação pública. Já foi dito aqui que estava a ser preparado um estudo luminotécnico, foi falado com a empresa, a empresa ficou de fazê-lo, o problema da luz é um dos problemas mais complicados, até no atendimento público é aquilo que mais as pessoas falam e têm razão nalgumas situações, são os pontos de luz, é a substituição das lâmpadas, enfim, nós estamos a trabalhar, temos muito para fazer, mas não estamos esquecidos de muitos destes problemas, claro que não se pode fazer tudo de uma vez, não é, estamos a fazer da melhor maneira, que melhor podemos e sabemos. E para já ficava-me por aqui.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhores Vereadores, façam favor.

O Vereador Artur Pombeiro: Boa noite a todos, portanto, no que diz respeito ao pelouro das obras, e para além daquilo que vem aí discriminado na folha: no Barro Branco fizemos algumas pavimentações, nomeadamente na envolvência da Senhora da Vitória e na zona do Castelo, há muito reivindicado pelas populações do Barro Branco, nomeadamente os residentes. Tem-se continuado os trabalhos no loteamento da Senhora da Vitória, estando já numa fase bastante adiantados, quase na sua conclusão. Também no jardim público se iniciou, a modificação do jardim, com a introdução dos melhoramentos projectados, estando neste momento a ser colocados, pela empresa fornecedora, os brinquedos do parque infantil e estando já numa fase de conclusão. Também a ETAR da Ribeira está numa fase de conclusão, vêm já na próxima semana os técnicos reparar, de facto, a fissura que a ETAR apresenta. Também, até ao limite do concelho, foram limpas as bermas todas, todos os pastos até ao limite dos concelhos limítrofes e também a ETAR de Nora, na sua envolvência que estava, de facto, bastante cheia de pasto com muita altitude. Demos o apoio às festas de Agosto e estamos também a trabalhar no campo de futebol de sete (7)

provisório, para que os miúdos, dentro em breve, ali possam, de facto, jogar. Estes são, de facto, as actividades mais significativas do pelouro das obras. Estamos também a aguardar que uma empresa venha a Borba para fazer a marcação do estacionamento e passadeiras e outras pinturas no pavimento em relação à envolvente do Castelo, Avenida do Povo e a Avenida 25 de Abril, e com algumas alterações de trânsito já previstas. Disse.

O Vereador Humberto Ratado : Em primeiro lugar, queria desejar a todos muito boa noite. Relativamente aos pelouros, do meu âmbito, além do que está referenciado no documento, queria acrescentar aqui o apoio às festas de Rio de Moinho, para completar porque fala-se no relatório na Orada e Barro Branco, foi apoio a todas as festas do concelho, assim como também está aí escrito, participação na FIMAL, na feira a realizar em Vila Viçosa, quer dizer, não entendam a participação como já tendo acontecido, mas participação como vamos participar com o nosso stand expositor. Quero dizer que em todas as iniciativas temos procurado incentivar e com resposta positiva, as associações, o agrupamento de escolas, as colectividades do concelho a participarem nas iniciativas que temos programadas e que me parece, pode ainda haver uma maior participação e uma maior colaboração, mas já são bastante positivos os resultados que tenho tido até então e parece-me que isso se deve também a um esforço feito com reuniões atempadas e a tentar sensibilizá-los para tal. Queria também fazer referência aqui na parte do desporto, pura e simplesmente, para acrescentar que se abriram e encerraram neste momento as piscinas municipais. Foi necessário fazer alguns investimentos para tal, pensava-se que era só preparar o terreno, mas acontece que foi necessária a intervenção a nível da segurança das instalações. Foi um pavimento nos balneários, também a numeração da piscina, em termos de profundidade, para permitir aos miúdos, conhecerem a profundidade onde se encontram, e um doseador automático que permite a injeção de cloro e outros produtos que melhora a qualidade da água. Foi também mudada a areia do filtro de limpeza da água, de maneira que, foi um investimento que não estávamos a prever, mas foi realmente necessário. E, pronto tenho dito.

O Senhor Presidente da Assembleia: Engenheiro Sapatinha, faz favor.

O Vereador Humberto Ratado : Senhor Presidente, se me permite, era só para acrescentar que a preparação da festa da vinha e do vinho também está em curso, não consta aqui no relatório, mas queria realmente acrescentar isso. Pronto. Obrigado.

O Membro Diogo Sapatinha : Você já me tirou dois pontos que eu ia falar, que era da preparação da festa da vinha e do vinho, estava preocupado porque ainda não se tinha feito nada, não constava no relatório, e era a participação na FIMAL, quer dizer, eu sei que você é uma pessoa muito avançada, mas já participou numa feira que estava prevista para Outubro, estava a achar uma bocadinho demais, mesmo assim, já agora: Ó Humberto, diga-me lá uma coisa, que dia é hoje? Dia, dia, que dia é hoje?

O Vereador Humberto Ratado : Vinte (20).

O Membro Diogo Sapatinha : Vinte, mas você já participou, diz aqui, na iniciativa de ir com o senhor Carlos no dia vinte e dois (22). Pronto, isto era um pequeno aparte.

O Vereador Humberto Ratado : Se me permite, Senhor Presidente, se me permite só fazer uma pequena referência, por acaso também, também reparei nisso ao ler, mas também pensando, vamos ver: participação, aderência, adesão a tal, pronto, mas pode ter sido, realmente um erro de dactilografia, de teclado.

O Membro Diogo Sapatinha: Foi um lapso. Bom, agora assuntos mais sérios, queria perguntar ao Vereador do Pelouro, penso que é o Artur, o que é que está a ser feito, que passos estão a ser dados para ordenar o trânsito na Vila, e queria-me congratular, realmente aqui pela informação financeira já nos chegar de uma maneira mais perceptível e queria perguntar ao Senhor Presidente, se você fez algum milagre para baixar os encargos processados e não pagos para um milhão e trezentos mil euros, ou seja, duzentos e sessenta mil (260.000) contos, como é que conseguiu isto em tão pouco tempo?

O Senhor Presidente da Câmara : Eu depois explico.

O Senhor Presidente da Assembleia: Engenheiro Cabral, faz favor

O Membro Carlos Cabral : É de aplaudir o esforço da informação financeira, mas ainda tem de ser melhorado, um primeiro quadro que não serve praticamente para nada, pode ser ausente e podemos depois produzir mais umas duas colunas que permitam visualizar melhor a situação permanentemente. Agora outra questão que eu queria pôr é a seguinte, eu já ando a ouvir falar nos ecopontos, empresas adequadas que vêm pôr ecopontos. O boletim da Associação de Municípios diz quatrocentos (400) ecopontos e, no fundo, quero fazer uma pergunta muito directa, nos vidrões que aí há, onde eu deposito as garrafas, que bebo, e são algumas, não são muitas, mas são algumas, o que é que a Câmara faz ao vidro? Põe-no ali todo atrás da zona industrial, e fica ali?

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutor Nascimento, faz favor.

O Membro Luís do Nascimento : Eu, sinceramente, tive mais azar do que o Diogo Sapatinha, eu tinha três questões a colocar e foram-me já todas retiradas, uma pelo Vereador Humberto, outra pelo Diogo Sapatinha e outra, agora, pelo Engenheiro Carlos Cabral. Mas refiro-me só aqui à questão do quadro de endividamento e ao documento que nos é apresentado, mais uma vez, eu referi isto na última Assembleia,

O Senhor Presidente da Câmara : Não percebi.

O Membro Luís do Nascimento: Este documento não vem identificado,

O Senhor Presidente da Câmara : Ah.

O Membro Luís do Nascimento: O documento não vem identificado, não vem assinado, mas tomando por bom isto, de facto, será informação da situação financeira da Câmara municipal de Borba. Dizer que, de facto, este quadro de endividamento, na forma como está aqui estruturado, não faz sentido neste momento, à luz da lei Orçamental, as Câmaras deixaram de ter limite de endividamento, as Câmaras estão sujeitas, de facto, àquele,... (Corte para mudar de cassette)

O Senhor Presidente da Assembleia: Dona Ivone, faz favor.

O Membro Ivone Espiguiinha : Porque que é que há obras que não são consideradas grandes, paradas há um tempo bom, mas feitas já por este executivo, a obra, por exemplo, descrita no boletim municipal, na página vinte e dois (22), da construção das valetas da estrada municipal mil e quarenta e um (EM1041), Nora, administração directa. Por exemplo, aquilo, faltam ali doze (12) metros e está há tempos parada, gostava de saber porquê, doze metros num dos lados, é que está lá o material, está lá material para a execução da obra, há lá um sinal há tempos, e o trabalho não acaba.-

O Senhor Presidente da Câmara : São mais, setecentos e cinquenta (750), oitocentos (800) metros, são oitocentos metros.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutor Jerónimo, faz favor.

O Membro Jerónimo Cavaco : Eu penso que esta questão é dirigida ao Senhor Artur Pombeiro, já tive oportunidade aqui, noutra Assembleia, de colocar a questão, se havia ou não algum controlo por parte da Câmara naquilo que seria o depósito de entulhos provenientes de obras particulares que estão a ser feitos em algumas zonas não, propriamente, recomendadas para isso. Já lá não vou há algum tempo, mas da última vez que lá passei, nomeadamente, ao pé da antena ou do local onde estava colocada a antena da rádio Borba, que esteve, deixou de estar, mas parece que continua a estar, ou pelo menos a rádio continua a emitir, era uma zona que me parecia, a mim, algo problemática, e parece-me que se torna urgente da parte da Câmara, nomeadamente, o Senhor Artur Pombeiro, tomar algumas medidas, no sentido de evitar que se continuem a depositar entulhos e lixo naquela zona, porque se corre o risco de alguém nunca mais conseguir roubar a antena da rádio Borba ou nem sequer conseguir chegar àquela zona, o que me parece ser neste momento completamente impossível. Era mais uma advertência, mais nada.

O Senhor Presidente da Assembleia: Doutora Filipa, faz favor.

O Membro Maria Filipa de Almeida : Em primeiro lugar, o adiantado da hora, às vezes, também nos põe bem dispostos. Eu não quero ficar mais ao pé do Diogo, porque ele é que fala e faz-me rir a mim e depois os senhores podem estar a pensar que eu me estou a rir do que vocês estão a dizer, não é nada disso, mas se ouvissem as coisas que ele vai dizendo aqui ao ouvido em voz baixa, nem imaginam, mas passando a coisas, passando a coisas sérias, mas também de uma forma leve, eu estou, tenho estado a olhar aqui para este relatório de actividades da Câmara, ouvi o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores e lembro-me sempre, não sei porquê, Ó Senhor Engenheiro, eu lembro-me sempre de si e das suas intervenções nas Assembleias no mandato anterior. O Senhor Engenheiro Carlos Cabral não gostava nada que a Câmara desse informação das reuniões em que tinha participado e daquelas coisas correntes, não gostava nada, dizia que não gostava, nos mandatos anteriores dizia que não gostava. Que isso era obrigação da Câmara, não fazia mais que a sua obrigação, não tínhamos que saber onde é que tinham andado, nem a que reuniões é que tinham ido. Nós continuamos a ter essa informação, eu gosto dela, eu acho que sim, eu acho que, que os eleitos da Assembleia têm o direito de conhecer a actividade dos eleitos da Câmara, mesmo que essa actividade passe por reuniões de várias horas ou de vários dias. Mas, sinceramente, este documento é do mesmo tipo e, e em muitas coisas é igual, porque depois de se estar no poder, depois de se ter a responsabilidade, a linguagem muda, as atitudes também, sentem-se as dificuldades e, então, a montanha ainda não pariu o rato mas está quase, o parto aproxima-se, isto qualquer dia está mesmo igual. Por enquanto, está muito parecido. Se estiver igual perdem as eleições. Agora, a propósito de coisas muito parecidas e iguais, lá está, lá venho eu outra vez com a coerência, raios partam esta minha mania, mas, o Diogo agora tirou-me o papel, mas, mas eu sei isto de cor, deixe estar. O dia europeu sem carros, ainda ninguém se referiu aqui à participação do Município, ele há bocadinho perguntou a quantos estamos hoje e eu pensava que ia falar no dia, no dia de amanhã, o Dia Europeu Sem Carros. Isto começa, ou começou com uma carta assinada pelo Vereador Humberto dirigida aos Municípes, uma carta que eu recebi, dizia : Caro Município, mais uma vez Borba vai aderir à iniciativa, mais uma vez, é o segundo ano, penso, é a minha opinião pessoal, penso que este ano se podia ter dado mais um passo, isso poderia ter ido mais além, com a implementação, com, também como outros Municípios fizeram, com a comemoração do Semana da Mobilidade e poder-se-iam ter dado alguns passos definitivos nesta vila, mas olhando para este programa e olhando para a carta, eu, sinceramente, quando olhei para a carta, a primeira coisa, mas digo-vos mesmo com sinceridade, a primeira coisa que eu pensei foi assim: Olha enganaram-se, pegaram na carta do ano passado e até deve estar com a assinatura do Serra. Porque é tão parecida, tão parecida, tão parecida que eu pensei mesmo que se tinham enganado, depois vi a assinatura do Vereador Humberto, tudo bem, portanto, não há inovação, isto para dizer, não há inovação, a carta é quase igual é porque era boa, é porque serve. As iniciativas também, não as critico, congratulo-me com a decisão da Câmara, as iniciativas para o dia Europeu Sem Carro, são iniciativas possíveis, também um pouco à nossa dimensão, mas para quem ouviu dizer nesta sala que a iniciativa era teatro, palhaçada, circo, e nós ouvimos todos dizer isto, eu não vou referir nomes, mas pessoas estão aqui, uns eram eleitos na Câmara, outros eram eleitos na Assembleia e apelidaram a iniciativa de dois mil e um (2001) do Dia Europeu Sem Carros de circo, de teatro e de palhaçada. Eu não quero perguntar onde é que estão agora os actores ou os palhaços, porque tenho muito respeito por essas classes profissionais e estou muito de acordo com a iniciativa. Disse.

O Senhor Presidente da Assembleia: Rui Bacalhau, faz favor

O Membro Rui Bacalhau : Bom, isto já vai, já vai muito adiantado, só queria fazer aqui duas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, e antes fazer uma consideração. Senhor Presidente, devo realçar que os mapas já trazem mais informação, mas isto não é informação que se apresente aos membros da Assembleia, peço desculpa, mas tinha que referenciar isto. As perguntas que eu quero fazer é o Centro de Saúde, na sua listagem, o Senhor Presidente não falou qual a evolução que existe sobre o Centro de Saúde. Como sabe, faço parte de uma irmandade, que temos, temos alguma relação e queria saber qual era o ponto da situação em que está o Centro de Saúde de Borba que acho que é uma coisa que já anda há muitos anos a ser tratada em Borba e que ninguém trata. Outra questão que também me preocupa é do seu relatório de actividades, fala aqui, eu também sou contra o Senhor mencionar aqui as reuniões, mas uma

vez que mencionou aqui uma, diz aqui Reunião do Concelho de Administração da Associação de Municípios, onde um dos problemas mais falados, para além da dívida das Câmaras Municipais, foi a questão do aterro sanitário de Borba. Em que aspecto é que foi esta conversa para nós podermos ficar a par daquilo que se passa. Queria-lhe dizer que o seu relatório de actividades, também para se tornar público, o seu relatório de actividades ao fim de oito (8) meses apresenta uma execução positiva, o que, se calhar, é de louvar. Nos últimos anos, provavelmente, não tínhamos esta situação. Nota-se também que o Senhor, como há pouco o meu colega Mário dizia, é bastante forreta, já conseguiu reduzir nas verbas do pessoal, no outro executivo era sempre a aumentar, aqui temos uma redução e também nas verbas de bens e serviços correntes, e estou a falar na parte da despesa, também conseguiu reduzir, o que é de louvar. Portanto, acho que está de parabéns na sua gestão do dia-a-dia. Mas agora eu sou bastante curioso e, se calhar, a população que ali está também é, eu volto-lhe a fazer, mesmo com o relatório preliminar, o Senhor não é capaz de nos avançar qual é o valor do passivo que a BDO já referenciou? Tenho dito.

O Senhor Presidente da Assembleia: Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara : Bom, em relação ao ordenamento do trânsito, deixo aqui para o Senhor Vereador Artur, relativamente ao quadro, ou à situação económica da Câmara, portanto, acabei de vos dizer que, realmente, os técnicos têm andado extremamente atarefados com a implementação do POCAL e, portanto, foi impossível. Reconheci logo no princípio que não era o melhor, mas já era diferente, para melhor. Relativamente à questão dos ecopontos, a questão dos ecopontos tem sido muito tratada na Associação de Municípios, suponho que já foi lançado o concurso da empresa que vai fornecer os ecopontos e, estava previsto para o segundo semestre de dois mil e dois (2002), portanto, pensa-se que até ao fim do ano as coisas estão resolvidas, digo eu. Agora, põem-se aqui várias questões, umas que têm a ver com a situação economia e que se prende com os tais endividamentos da Câmara à Associação de Municípios, prende-se também com a questão da empresa, da constituição da empresa dos lixos, portanto, eu não sei qual vai ser agora o desenrolar da situação neste momento. Relativamente às obras da Nora, deixo para o Senhor Vereador Artur, relativamente à questão dos entulhos nos aterros deixo para o Senhor Vereador Artur, em relação à Vereadora Filipa, reuniões, a questão das reuniões, claro que também vai mudar, o documento também vai mudar, fique descansada que vai mudar. Dia Europeu Sem Carros deixo para o Senhor Vereador. A questão do Centro de Saúde, acontece que, salvo erro, suponho que foi na semana passada que houve da parte da senhora Engenheira que cá tinha estado, em Borba, um telefonema para o Gabinete Técnico para lhe enviarem uma planta com a mancha de implantação de Centro de Saúde, portanto, neste momento, o que sei é que a Engenheira da ARS que cá esteve, informou que o programa está previsto em PIDDAC. A Senhora Engenheira da ARS que cá esteve, tem neste momento o processo em marcha, claro que depois teremos que resolver o problema da questão do terreno e isso tem que ver com a Misericórdia, por um lado e com os instrumentos de planeamento da Câmara Municipal por outro. Portanto, estamos a aguardar informação. Relativamente ao aterro sanitário de Borba, que era muito referido e a estação de transferência de lixos, portanto, esta situação tem que ver com aquilo que vos disse há bocado, tinha que ver com o facto do acesso, sobretudo do acesso, e portanto, esse assunto está, mais ou menos resolvido e, eu fui dos que pressionei no sentido de que o acesso fosse feito o mais depressa possível porque me esforcei bastante em recolher as declarações de autorização das pessoas para se poder intervir no terreno. Este acesso estaria incluído na rede viária correspondente à zona industrial, não se fazendo a zona industrial, não há estrada, não havendo estrada não há acesso à estação e, portanto, teve que se fazer agora. Relativamente aos cortes orçamentais, eu nessas coisas, não se trata de ser forreta ou deixar de ser forreta, trata-se de rentabilizar as coisas e eu nessas coisas, trabalhei sempre em casas com pouco dinheiro, e portanto, gosto muito de puxar os cordéis à bolsa, e foi isso que fiz desde o primeiro dia em que cá estou, e é isso que vou continuar a fazer, que se executem obras grandes, preferencialmente bem executadas e pelo preço mais baixo e aí bato-me até ao último centavo para baixar os valores. Relativamente à auditoria, lamento muito, mas o relatório não é definitivo mas, mas volto a dizer que se aproxima muito dos números que foram ventilados.

O Vereador Artur Pombeiro: Relativamente às questões que me foram colocadas e, nomeadamente, sobre a questão do trânsito, pelo Diogo Sapatinha, devo informá-lo de que, para além das reuniões de Comissão de Trânsito, se aguarda, a vinda da empresa para proceder às pinturas no pavimento e substituição de

alguma sinalização vertical e horizontal. Quanto à questão colocada pela Dona Ivone, não deixo de considerar que é bastante pertinente, já que, de facto, há alguns meses que a obra das valetas se encontra parada e isso deve-se a duas questões, uma delas é que nós, este ano, quase que tivemos que dar dois meses de férias a quase todos os trabalhadores, porque parte dos trabalhadores ficaram o ano passado com férias para gozar este ano, portanto, neste momento, os trabalhadores da Câmara, nomeadamente, daqueles sectores, estão, de facto, a acabar de gozar as suas férias, mas já gozaram muitos dias do ano passado, este ano. Por outro lado, é, certamente, do seu conhecimento e se não é, aproveito aqui para esclarecer todos os membros da Assembleia, que, como sabem, devido aos gastos com pessoal no ano de dois mil e um (2001), muitas das pessoas terminaram o seu contrato, não sendo possível fazer contratos a termo certo neste momento. Daí alguma quebra nalgumas equipas que estavam constituídas, e uma delas era, de facto, essa que lá andava a trabalhar naquela obra. Tivemos que parar algumas das obras que tínhamos em andamento, temos várias frentes de trabalho e aquela foi uma das que teve de parar devido, de facto, à escassez de pessoal. Essa é a questão. Pensamos e estamos a preparar a retoma da obra dentro de pouco tempo, mas como há pouco informei, a ETAR da Ribeira está numa fase de quase conclusão e pensamos retomar aquela obra logo que possível. Portanto, esteja confiante porque brevemente, e aliás já isso está a ser preparado, brevemente aquela obra será retomada. A outra questão que colocou o Jerónimo é que, de facto, o aterro para entulhos, é um dos grandes problemas que a Câmara está a sentir neste momento, é que as pessoas levam entulho e levam lixo e aquilo é uma preocupação, mas não é só para ali, é em todo o sítio que é assim, até nas bermas da estrada, em todos os sítios aparecem monos, em todos os sítios aparece lixo misturado com entulho, nomeadamente, aqui perto da zona industrial, onde já até o executivo anterior tinha, de facto, colocado placas, mas a verdade é que as coisas acontecem. Quanto à questão que me falou das antenas, está propositadamente junto às antenas, vá lá, uma barreira, e para evitar o quê? Para evitar que derrubem a torre. Acontece, que as pessoas entravam, como sabem existem as espias, e as espias não são visíveis para quem vai com o carro, não se apercebe e então aquele, aquele entulho que está, precisamente, em frente das espias foi colocado para evitar que a torre caísse e foi até a pedido da Direcção do Centro Cultural que se desse alguma protecção, às espias.

O Senhor Presidente da Assembleia: Está esgotada a ordem de trabalhos. Vamos passar à leitura da minuta da acta da sessão. Lida a minuta, vamos passar à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade

Documentos anexos a esta acta:

Anexo 1 - Pedido de substituição do membro senhor Joaquim Manuel Cardoso

Anexo 2 - Pedido de substituição do membro senhor António Andrade

Anexo 3 - Rectificação à acta nº4 da Sessão de 27 de Abril de 2002

Anexo 4 - Rectificação à acta nº 5 da Sessão de 14 de Maio de 2002

Anexo 5 - Declaração de voto apresentada pelo membro Joaquim Manguinhas

Anexo 6 - Correspondência recebida pela Assembleia Municipal

Anexo 7 - Correspondência expedida pela Assembleia Municipal

Anexo 8 - Requerimento apresentado pelo membro Maria Filipa Almeida

Anexo 9 - Requerimento apresentado pelo membro Carlos Cabral

Anexo 10 - Declaração de voto apresentada pela Bancada do Partido Socialista

Anexo 11 - Protesto apresentado pelos eleitos da CDU.

Anexo 12 - Declaração de voto apresentada pelos membros Rui Bacalhau e Jerónimo Cavaco